

2. O Bairro Getúlio Vargas e a problemática ambiental

2.1. Caracterização do Bairro Getúlio Vargas

O Bairro Getúlio Vargas é composto de oitenta e sete quadras, com trinta lotes em cada quadra, segundo dados fornecidos pelo auxiliar da administração da Regional Três Vendas Leste, Sr. Silvio de Oliveira⁷. É constituído por 1.863 mil domicílios, com 6.539 habitantes. A renda familiar é baixa, ficando em torno de 200 reais mensais, quando existe, sendo que a maioria da população sobrevive de sub-empregos⁸.

Esta comunidade apresenta sérios problemas sociais, com carências diversas que vão desde a moradia, cujas construções são precárias, falta de infra-estrutura urbanística, tanto no que se refere ao saneamento básico, como recolhimento do lixo. Sobrevivem com dificuldade econômica, sem políticas públicas que contemplem a prestação de serviços necessários a uma comunidade.

Esse bairro conta com algumas entidades representativas, como uma associação de moradores do bairro; uma cooperativa de produção de reciclagem de lixo seco, em fase de formação; um núcleo municipal dirigido às crianças, de Atendimento Sócio-Econômico em Meio Aberto (ASEMA), e a Comunidade Católica. Há, ainda, no bairro, a Escola Municipal de 1^o Grau Getúlio Vargas fundada em 1991, quando existiam poucas moradias, sem rede de água tratada e rede elétrica. Segundo Rita de Cássia Henrique da Fonseca, Coordenadora Pedagógica da

⁷ Entrevista realizada em Novembro de 2001. Teve como propósito compreender alguns elementos referentes à construção do bairro, o percurso da água que o atravessa, enfim, informações ainda não documentadas.

⁸ Dados do censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000).

escola, trabalhando no local desde a sua fundação, a água utilizada pela população vinha de uma bica⁹, servindo para todos os fins.

No mapa, conforme anexo B, constam cinco espaços destinados a áreas de convívio da comunidade, onde deveriam existir praças de lazer. Entretanto, estes espaços são depósitos de lixo e de água estagnada (Fig. 5).



Figura 5 – Lixo depositado em área do BGV destinada ao lazer.

Algumas tentativas isoladas das entidades representativas foram implementadas no sentido de construir alternativas para tratar do problema do lixo em áreas destinadas ao lazer. Não havia a preocupação, no entanto, de engajar a comunidade, ampliando sua possibilidade de conhecimento e compromisso com o problema ambiental, não ocorrendo, portanto, as transformações necessárias.

Não existem propostas que procurem trabalhar a consciência da população a respeito das questões ambientais, contemplando a educação ambiental como base para a construção de multiplicadores que, pouco a pouco, dissemine a idéia do direito e dever de viver com mais qualidade, um viver melhor.

⁹Bica: pequeno canal, meia-calha ou telha por onde escorre água. (Tersariol, p.125)

2.2. O crescimento urbano ilimitado em áreas precarizadas

Na entrevista realizada com o Sr. Silvio de Oliveira, ele explicita que a prefeitura não tem planos, a curto prazo, de realizar a construção de canalização para conduzir os resíduos do esgoto doméstico deste bairro: “estes impactos nocivos estão relacionados principalmente às condições de acesso/não acesso aos serviços públicos e aos riscos ambientais decorrentes de assentamentos em áreas precariamente urbanizadas” (JACOBI, 1997, p.385).

Com o crescimento ilimitado do bairro, ocorrido de maneira desordenada e sem planejamento urbanístico adequados, os agravos ambientais foram se avolumando (Fig. 6), trazendo conseqüências irreparáveis, pois a grande quantidade de resíduos, gerados pela aglomeração populacional, não tem uma destinação adequada. Como enfatiza BOFF (1999, p. 20), ao tratar de sintomas da crise civilizacional, “há um descuido e um descaso generalizado na forma de se organizar a habitação [...]”.



Figura 6 – Poluição no canal do Bairro Getúlio Vargas.

A maioria dos bairros se constrói pela necessidade que emerge, da população, de uma moradia adquirida sem custo ou com um custo mínimo, e onde uma infra-estrutura urbanística prévia deveria existir sob a responsabilidade de instituições públicas.

Em trabalho de pesquisa de Jacobi (1997, p. 384), cujo objetivo era um levantamento de dados para análise de problemas ambientais urbanos no nível domiciliar, os resultados mostraram as diferenças e desigualdades entre diferentes zonas de uma mesma cidade, mostrando o nível de precariedade sócio-ambiental dos setores mais pauperizados, que habitam áreas mais sujeitas aos agravos ambientais. A concentração crescente da população mais pobre em locais precários constitui uma das grandes causas da grave destruição ambiental (LEONARD, 1992, p. 36).

Para compreender esta problemática ambiental, com todas as suas implicações e conseqüências, é necessário observar a localização do CAVG em relação ao Bairro Getúlio Vargas; a ligação que se dá através de um canal de escoamento de efluentes, que atravessa todo o bairro, adentrando nos limites da área do CAVG. Com o crescimento do bairro, o aumento no número de moradores, e o uso contínuo do córrego como via de escoamento, a poluição chegou a níveis visíveis e consternadores, deixando um rastro de destruição pelo caminho, pois o córrego percorre todo o bairro, entra no CAVG (Fig. 7), segue seu curso até chegar ao Arroio Pelotas, desaguando no canal de São Gonçalo.



Figura 7 – Poluição no canal de acesso do BGV ao CAVG.

Esse canal de ligação do bairro com o CAVG conduzem os resíduos líquidos do esgoto doméstico e pluvial, bem com os despejos residuais domésticos, que são escoados nas valas a céu aberto, em decorrência da inexistência de canalização no local. Todos esses resíduos têm o lago do açude como seu destino e, conseqüentemente, o córrego que percorre todo o CAVG.

Com a crescente quantidade de compostos orgânicos jogados nas valas que passam no bairro, houve uma saturação de materiais poluentes nas águas do córrego, pela sua incapacidade para decompor a grande concentração de matéria orgânica nele depositada.

Os esgotos provenientes das casas geralmente não contêm substâncias venenosas. São formados por restos de alimentos e resíduos digestivos. Se lançados normalmente, em pequenas quantidades, ao meio ambiente, inclusive nos próprios rios, serão decompostos por bactérias, sem maior problema. Porém, se grandes volumes forem despejados em um volume de água pequeno, que não possua suficiente capacidade potencial de assimilá-los ou diluí-los, estes provocarão a formação de concentração tão imensas de bactérias, que o oxigênio de suas águas desaparecerá completamente (BRANCO, 1998, p.80).

Ainda, existem os resíduos sólidos (garrafas plásticas, metais, vidros, embalagens de todo tipo) encontrados em abundância no meio. O consumo crescente de produtos industrializados e o surgimento de produtos descartáveis geram um aumento excessivo de lixo, tornando-se um dos maiores problemas da sociedade moderna. Esta problemática é agravada pela escassez de áreas para sua destinação final e por um recolhimento ineficiente.

A questão dos resíduos sólidos abrange “uma gestão integrada que implica principalmente uma mudança generalizada dos instrumentos jurídicos, administrativos, operacionais e sociais praticados na regulação e organização das atividades de manejo, tratamento e destinação final do lixo” (LIMA, 1997, p. 388).

Os resíduos orgânicos domésticos, lançados diretamente nas valas e conseqüentemente no córrego, sem qualquer estrutura de canalização, oportunizam o perigo de contaminação da comunidade, pelo seu contato com os dejetos a céu aberto. Em períodos de chuva, principalmente quando as valas transbordam e causam alagamentos, aumenta a probabilidade de infecções. As crianças são as mais atingidas, as ruas são os seus locais de brincadeiras, já que não dispõem de espaços adequados de lazer.

A garantia de espaços adequados de lazer e de um meio ambiente sadio passa pela educação ambiental, enquanto um processo de constante transformação e conscientização da população.

CAPÍTULO III

Educação Ambiental na comunidade

“Garantir a existência de um ambiente sadio para toda a humanidade implica em uma conscientização realmente abrangente, que só pode ter ressonância e maturidade através da educação *ambiental*. Um processo educativo que envolva ciência e ética e uma renovada filosofia de vida”.

Ab Saber (1994, p.02)

3. A Educação Ambiental

3.1. A Educação Ambiental enquanto agente transformador

Na tutela do ambiente, segundo Ab' Saber (1994, p.18), juridicamente, temos três marcos: o primeiro é a edição da lei nº 6938 de 1981, em que meio ambiente foi conceituado, sendo criados alguns mecanismos para sua proteção. O segundo marco foi a promulgação da Lei nº 7.347 de 1985, permitindo que, judicialmente, fossem freadas as inconstituintes agressões ao ambiente. O terceiro marco foi a edição da nova Constituição Brasileira, em 1988, com uma intensa preocupação ecológica, que trouxe, como consequência, o Código do Meio Ambiente.

Estas leis, concebidas pelos dirigentes, contêm os princípios básicos e objetivos fundamentais, que tratam da preservação e conservação do meio ambiente. Existentes há mais de vinte anos, estas leis poderiam ser o norteador das ações relacionadas à educação e às questões ambientais, se fossem respeitadas e se, com elas, viesse uma nova concepção de vida e de mundo, com um discurso pragmático, em que o compromisso estivesse intrínseco nos indivíduos, com mudanças profundas e verdadeiras.

A educação ambiental, com a preocupação de cuidado com o meio ambiente, é um direito e um dever de todos, responsabilizando o poder público, as instituições educativas, os meios de comunicação de massa, enfim, a sociedade como um todo. Pretende compromissar os cidadãos com uma idéia, com preceitos bem elaborados, constituídos em uma linha de conscientização crítica e solidária, com princípios de

liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e, ainda, com um enfoque humanístico e holístico.

A Educação ambiental tem uma missão que vai além da educação e do conhecimento do meio ambiente em que vivemos. Ela precisa buscar um novo ideário comportamental, construir um novo conceito de mundo, permeado pela coerência nas atitudes, com uma postura ética e uma consciência política, que permitam um bem estar coletivo.

Precisa ser uma educação que prepare o indivíduo para o convívio em comunidade, respeitando o seu semelhante e o meio onde vive, questionando os outros e a si próprio constantemente, organizando e reorganizando seu modo de vida, sendo atuante, e ao mesmo tempo, consciente de que as transformações acontecem paulatinamente, e levam tempo, mas são urgentes e, mais do que nunca, necessárias.

A vinculação entre as questões sociais e as questões ambientais é uma tarefa desafiadora e instigante para o pesquisador, tornando-se fundamental resgatar a dignidade do ser humano, com uma educação política (REIGOTA, 1994, p. 10). A educação ambiental reivindica e prepara o cidadão para exigir justiça social e cidadania nas relações sociais e, com a natureza.

Neste sentido amplo de enxergar o mundo, o planeta, a terra, sem competição e com compaixão é que podemos tratar a Educação Ambiental, como a percebemos atualmente, como uma nova percepção holística. Para Gadotti (2000, p. 96), ela vai além do conservacionismo, tratando-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, implicando em atitudes, valores, ações. Uma forma íntegra de perceber a realidade, com uma proposta educativa que envolva uma visão do mundo como um todo, em um ambiente sadio.

A educação deve, sim, ter a sua influência na transformação da mente, na maneira de conduzir as ações, nas relações pessoais e com a natureza, no saber viver bem, de maneira que esta sapiência seja para a vida toda. O caráter permanente da educação permite esta construção contínua do sujeito, na busca da sua perfeição (FREIRE, 1982, p. 2).

No contexto atual, paradigmas necessitam ser reformulados. Muitos autores, entre eles Boff, trazem esta perspectiva, o que parece ser utópico e inatingível se formos imediatistas. Uma mudança, um novo paradigma coloca-nos à frente de uma batalha, onde a nossa arma é a educação em todos os seus níveis, formal, informal,

onde uma semente poderá ser plantada, para que, aos poucos, germine e bons frutos e flores possam ser colhidos.

Sempre observei, analisando e criticando a maneira irresponsável e descompromissada com que os governantes tratam os problemas de estrutura urbanística e as necessidades básicas de uma comunidade, desrespeitando os direitos constitucionais dos cidadãos de viver em um ambiente saudável, sem uma política de desenvolvimento urbano planejado, elaborado e executado com a participação popular. O modelo social vigente precisa ser questionado, repensado. Uma mudança tão necessária, urgente e oportuna poderá ser decorrente de um desajuste, no enfrentamento de um conflito, pela população excluída e marginalizada.

Precisamos compreender estes novos caminhos, os novos rumos, uma educação do futuro, que realmente consiga perceber o indivíduo nas suas particularidades, na sua individualidade, respeitando as diferenças, trabalhando, com elas, construindo uma prática onde será valorizado o indivíduo como um todo: corpo, mente e espírito. É necessário que o seu aprendizado lhe sirva de orientação, indique o rumo de seus pensamentos e atos com clareza, solidariedade e fraternidade.

3.2. A possível transformação da realidade pela comunidade

Dentre os objetivos da Educação ambiental, que constam no Art. 5 da lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, alguns se destacam pelo seu caráter social, além do ambiental, como: estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamento do futuro da humanidade; incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se à defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

De acordo com Leff (2001, p. 111), “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais”. Devido ao caráter social que emerge quando nos

propomos a discutir as questões ambientais, em um contexto sócio-ambiental com inúmeras dificuldades, alguns temas passam a ter relevância. A justiça ambiental, a cidadania ativa e o empowerment surgem como temas bases de uma articulação política da população, com sujeitos sociais ativos, que precisam ser discutidos e contextualizados nesta proposta de pesquisa.

3.2.1. Justiça Sócio-Ambiental

A população afetada pela injustiça sócio-ambiental, pelas suas condições de desigualdade social, exploração e dependência, sofrendo a impossibilidade de ocupar espaços em boas condições ecológicas, só lhe restando áreas de riscos ou que, mesmo destinadas à construção de moradias, não oferecem condições necessárias de ocupação: “Os pobres foram empurrados para as periferias ambientalmente precárias” (HOGAN, 1995, p. 151), sobrando-lhes justamente estas áreas desvalorizadas, vulneráveis às intempéries naturais, com perigo constante de inundações (falta de saneamento), deslizamentos (próximo a encostas e morros) e de perigo de transmissão de doenças pela proximidade com lixo e lixões. Os riscos ambientais afetam, principalmente, as populações desfavorecidas que vivem marginalizadas, à margem de um espaço urbano da própria cidade formal (LAYRARGUES, 2000, p.115).

Na relação pobreza meio ambiente, onde o processo de urbanização é desordenado, a população enfrenta condições de vida precária, em um ambiente igualmente precário. Distribuição incompleta de água, sistemas de esgotos quase inexistentes, coleta inadequada de lixo, construção em morros muito inclinados e sujeitos a erosão e em várzeas sujeitas a enchentes, casas mal construídas, mal ventiladas e mal iluminadas combinam para produzir o ônus ambiental da vida diária na periferia, com altas taxas de mortalidade infantil, devido principalmente à doenças infecciosas e parasitárias (HOGAN, 1995, p. 162). Assim, “uma das principais causas de mortandade nos países de baixa renda são as enfermidades de origem fecal, causadoras de uma quarta parte das mortes abaixo dos cinco anos” (MARTINEZ-ALIER, 1998, p. 127).

Uma das questões mais salientes atualmente na política ambiental contemporânea diz respeito à justiça ambiental, de acordo com Chiro¹⁰ apud Layargues (2000, p 117), “o movimento pela justiça ambiental surgiu nos Estados Unidos na metade dos anos 80, enfatizando que a questão maior situa-se no direito que qualquer ser possui de viver num ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, independente de raça, classe, gênero, cultura ou mesmo espécie”*.

A justiça ambiental é um tema discutido amplamente na questão ambiental, com uma discussão trazendo a desigual distribuição dos riscos ambientais, onde os pobres e as minorias são os mais afetados: “as rendas e a riqueza desiguais levam à pobreza, e a pobreza à degradação ambiental. A degradação ambiental causa enfermidades. A qualidade dos serviços de saneamento e a eliminação de resíduos sólidos estão em relação inversa à renda” (MARTINEZ-ALIER, 1998, p. 127).

Layargues (2000, p. 116) condena a distribuição desigual do risco ambiental entre os pobres e as minorias étnicas, em relação ao conjunto da sociedade como um todo. A distribuição de recursos é igualmente desigual quando se trata de distribuir os riscos ambientais, ficando a população marginalizada da sociedade com a maior parte: “A mesma estrutura de classe social que determina a desigual distribuição de riqueza, também determina a desigual distribuição dos riscos ambientais” (HOGAN, 1994, p.. 116).

Stoltz et al¹¹ e Pacheco et al apud Layargues (2000, p. 116) concordam que os efeitos dos problemas ambientais que se traduzem em riscos ambientais não atingem igualmente todos os segmentos sociais, mas de modo diferenciado, segundo a estrutura de classe.

Na relação assimétrica de poder, com sujeitos diferenciados culturalmente, política e economicamente, onde alguns são mais atingidos que outros, torna-se necessário investigar quais são os atores sociais envolvidos com os problemas sócio-ambientais, para, a seguir, identificar os que desejam alterar a situação, daqueles que não querem (LAYARGUES, 2000, p. 119)*.

¹⁰ CHIRO, G. D. Defining environmental justice: womens's voices and grassroots politics. *Socialist Review*, Oregon, n 4, 1992.

¹¹ STOTZ, E. N. et al. Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e estado. In: LEAL, iM. et al. (orgs). *Saúde, ambiente e desenvolvimento*. São Paulo. Hucitec, 1992, v.II.

A implementação de uma política social autêntica, que tenha como pano de fundo a desigualdade social, implica em alguns compromissos, de modo a reduzi-la: precisa ser preventiva e não curativa; precisa ser redistributiva de renda e poder, não apenas distributiva; precisa ser equalizadora de oportunidades; sempre que possível ser emancipatória (DEMO, 1994, p. 21). O mesmo autor coloca que políticas curativas são inevitáveis diante da pobreza existente, entretanto, não resolvem o problema, podendo incentivá-lo. No que se refere à renda e poder, precisam ser desconcentrados, eliminar as concentrações de privilégios, riqueza e poder. Quanto ao caráter emancipatório, a política social necessita ser voltada para a auto-sustentação e ser plantada na cidadania.

3.2.2 Cidadania Ativa

“Na cidadania, participação significa o envolvimento direto de grupos ou pessoas nos espaços que estão relacionados com os processos de melhorias no local de moradia, com as questões relativas à cidade e aos problemas que os cercam em âmbito específico e geral. Esses espaços podem ser políticos, culturais, assistenciais, de lazer, de comunicação” (FANTIN, 1997, p. 28).

Para Vieira & Bredariol (1998, p. 29), “é um erro achar que o reconhecimento dos direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania, é um equívoco que subestima a sociedade civil como arena e alvo de luta política”. Esta nova cidadania se apresenta como um agente transformador da sociedade, invenção de uma nova sociedade, que lutará por uma autonomia sobre o próprio corpo, a moradia e a proteção ambiental, uma maior abertura de espaço na gestão das políticas públicas e por novas relações entre estado e sociedade.

O cidadão precisa despertar deste sono profundo, desta apatia, lutar coletivamente para resgatar sua cidadania e o seu direito de viver melhor, em um ambiente saudável, pois não é suficiente conhecer os seus direitos e deveres, é necessário cobrar e exigir medidas a quem compete implementá-las, compartilhando desta responsabilidade, revendo e avaliando constantemente sua postura, suas relações pessoais e seu habitat.

Existe uma necessidade de construir outra racionalidade social, orientada por novos valores e saberes; novas formas de organização democrática (LEFF, 1999, p. 112), utilizando espaços democráticos, construídos com espírito coletivo, com uma

prática reflexiva, deixando de ser massa de manobra, para não cair num mero ativismo. Para isto, os indivíduos precisam ser conhecedores dos seus direitos, aprendendo constantemente a reivindicá-los, no momento oportuno, exercendo sua cidadania, sendo um cidadão ativo e participante nas decisões do coletivo.

3.2.3. Empowerment – Força do coletivo

O cidadão, quando se organiza e participa, compreendendo, interessando-se, reclamando e exigindo seus direitos ambientais, adquire poder político e uma capacidade de mudança coletiva (GUTIÉRREZ, 1999, p. 15), tornando-se sujeito coletivo, que se organiza enquanto associações de moradores, grupos diversos, organizações não-governamentais, entre outros. Estes espaços, onde as lutas sociais, políticas, econômicas e culturais se cruzam e produzem práticas, proporcionam, a esta coletividade, a elaboração de uma identidade no interior de múltiplas diferenças.

Para Fantin (1997, 29), “é nas lutas por estes interesses múltiplos, entrecruzados, que estes organismos se consolidam enquanto sujeitos coletivos”, adquirindo a força e um sentido de coletividade, onde a individualidade dá lugar a um sentimento de unidade, apesar das inúmeras diferenças e conflitos.

Um sentimento social, livre do individualismo, em que cada um seja capaz de usar sua liberdade para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, faz a força de um coletivo (FREIRE, 1987, p. 135). Força esta que vai no sentido do *empowerment*, do fortalecimento político organizacional de uma coletividade (SAITO, 1992, p. 19).

É preciso que se consiga construir, nos indivíduos, a capacidade de serem críticos, de perceber a realidade, de desvendar o que se oculta e então ser um agente transformador na construção de um viver melhor, em harmonia, sendo multiplicadores da conscientização coletiva. Não se pode conceber o fortalecimento de uma comunidade sem uma concomitante elevação cultural, em que a comunidade problematize sua realidade, se distancie dela e se instrumentalize tecnicamente, em uma dimensão política (SAITO, 2001, p. 132).

O *empowerment* compreende um “fortalecimento político-organizacional de uma coletividade, que toma como referência os interesses comuns e pratica uma ação solidária e colaborativa para transformar a realidade local” (FRIEDMAN apud SAITO, 2001, p. 132)¹².

Para Freire (1986, p. 138) o *empowerment* indica um processo político das classes dominadas, que buscam a própria liberdade da dominação, empenhando-se na obtenção do poder político.

No livro “Construindo Cidadania e Dignidade”, Fantin (1997) expõe sua pesquisa com uma comunidade de Florianópolis, com a educação popular no sentido da construção do social coletivo. Este trabalho serve como um estímulo e incentivo na possibilidade de conduzir uma pesquisa com a participação dos indivíduos de uma comunidade, com vários problemas, alertando as pessoas para os seus direitos constitucionais e o exercício da cidadania no que diz respeito às questões ambientais. Possibilita, principalmente, evidenciar como a organização do coletivo pode influenciar na transformação de uma situação problema e seu enfrentamento, pela força adquirida no interior do seu conjunto, constituindo-se esta a hipótese deste trabalho: se a comunidade dispuser de uma percepção da problemática ambiental, associada ao conhecimento de recursos possíveis, fortalecido pelo coletivo, ampliando a sua instrumentalização para a luta e o exercício da cidadania, poderá adquirir uma identidade própria e buscar a mudança da sua realidade.

¹² FRIEDMAN, J. *Empowerment: the politics of the alternative development*. Cambridge, 1992.

CAPÍTULO IV

Aproximação com a comunidade

4. Aproximação com a comunidade

4.1. Entidades representativas do bairro Getúlio Vargas

Para conhecer e compreender a comunidade onde pretendia realizar a pesquisa, com o intuito de desvendar um pouco da realidade vivida por aquela população e das relações sociais, ali existentes, a partir de junho de 2001, dei início às minhas tentativas de aproximação com a comunidade, por intermédio de moradores que conheciam outros moradores, favorecendo tais contatos e encontros.

Minha primeira iniciativa de inserção no bairro foi através de pessoas que exerciam liderança nas entidades representativas da comunidade. Através de vários contatos e informações, fui tomando conhecimento de que, no bairro, existia a perspectiva de criação de uma Cooperativa de Produção de Produtos a partir da reciclagem; uma desarticulada Associação de Moradores do Bairro; a Escola Municipal Getúlio Vargas, construída no início da implantação do loteamento; O Atendimento Sócio-Econômico em Meio Aberto (ASEMA), funcionando no prédio da Associação de moradores e a Comunidade Católica do bairro.

Uma das dificuldades do pesquisador é a sua inserção e, ao mesmo tempo, a sua aceitação como pessoa estranha no meio de uma comunidade. A inserção é um processo pelo qual o pesquisador procura atenuar a distância que o separa do grupo social com que pretende trabalhar (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1981, p. 27). Por isto, acreditei que tais lideranças poderiam abrir as portas do bairro, para que eu pudesse estreitar a distância que me separava das pessoas da comunidade.

A seguir, então, apresento minha aproximação com os líderes de diferentes entidades, com o intuito de conhecer sua estrutura e preocupação com as questões

ambientais, o seu funcionamento e capacidade de aglutinar pessoas engajadas num mesmo propósito, tendo em vista o objetivo que havia proposto alcançar, a partir da problemática de poluição dos recursos hídricos do CAVG e suas relações com o BGV, ou seja, ampliar o conhecimento das pessoas a respeito das questões ambientais da comunidade; mostrar os principais problemas ambientais e sua influência na degradação do ambiente do CAVG; Identificar as causas e conseqüências da problemática ambiental do bairro e áreas circundantes; incentivar a criação de um Núcleo de EA, construindo um espaço para discussão e, enfrentamento permanente dos problemas ambientais.

Dentre estas entidades, trago a Cooperativa de Produção de Vassouras; Escola Municipal de 1º Grau Getúlio Vargas; Associação de Moradores do Bairro Getúlio Vargas; Atendimento Sócio-econômico em Meio Aberto, as quais demonstram o percurso que percorri na tentativa de encontrar um grupo com o qual fosse possível desenvolver o trabalho proposto.

4.1.1. Cooperativa de Produção de Vassouras

Comecei meus contatos, em um primeiro momento, em junho de 2001, com a coordenadora da Cooperativa de Produção de Vassouras e outros produtos, Sra. Carmem Lúcia Teixeira e o Sr. Osvaldo Ferreira, membro cooperado. Segundo relato da coordenadora, a Cooperativa estava com seu estatuto pronto e registrado, tendo como objetivo recolher e reciclar os resíduos sólidos, mais precisamente as garrafas plásticas, assim como comercializar os produtos gerados. Os membros da coordenação da cooperativa realizaram a distribuição de um panfleto, solicitando à população que separasse os resíduos que poderiam ser utilizados, porém, como não havia ainda um local adequado para armazenar estes resíduos, a proposta foi, gradativamente, perdendo força. Entretanto constatei que, os membros, responsáveis pela cooperativa, não fizeram um trabalho de esclarecimento da população a respeito dos problemas ambientais enfrentados pelo bairro, principalmente no que se refere aos resíduos sólidos (garrafas), que tem, seu destino, as valas e áreas comunitárias, assim como sua problemática para a vida da população.

O projeto de implementação da cooperativa aguardava uma determinação da prefeitura de Pelotas para a doação de um terreno no próprio bairro, para a

construção de um prédio, com as mínimas condições, para produzir as vassouras e outros objetos. A reivindicação do terreno no próprio bairro tem como propósito que as pessoas que trabalhassem na cooperativa não necessitassem gastar com transporte público.

Algum tempo depois, em agosto de 2001, estive novamente com a Sra Carmem e soube que, após muita espera e intervenção de várias pessoas influentes, o terreno tinha sido doado pela prefeitura e haviam marcado uma reunião para discutir os rumos a serem tomados, além de articular em uma nova luta para construir a sede da cooperativa.

O descaso e a falta de comprometimento dos órgãos governamentais com as questões sócio-ambientais, deixando de olhar de maneira atenciosa e com responsabilidade aos seus anseios, compromete a qualidade de vida de uma população e limita as possibilidades de desenvolvimento de uma ação que traria benefícios à comunidade e poderia amenizar parte da problemática ambiental do bairro.

Nos contatos que tive com o Sr. Osvaldo e a Sra. Carmem, observei que são pessoas com uma postura crítica e contestadora, que percebem os agravos ambientais existentes no bairro, e vivem em constante luta para achar alternativas que driblem os problemas sociais (desemprego, fome, saúde). No entanto, apesar de conhecerem os problemas ambientais do bairro, pareciam desconhecer suas conseqüências para o CAVG.

Assim, a Cooperativa ainda não constitui um grupo, ficando reduzido às pessoas da coordenação, tendo a possibilidade de, num futuro, ser constituída uma equipe engajada com o propósito de produção da cooperativa e podendo, ao mesmo tempo, realizar um trabalho de esclarecimento e compreensão, ampliando a visão das pessoas sobre as questões ambientais do bairro.

Em novembro de 2002, soube que a Cooperativa ainda não havia conseguido tomar posse do terreno doado pela prefeitura, há um ano atrás e, tampouco, dar continuidade ao projeto de sua implementação. A administração pública municipal parece não tratar com seriedade as necessidades e os compromissos firmados com a comunidade.

A atitude passiva dos membros da cooperativa frente ao desrespeito de dirigentes, todavia não significa alienação, mas falta de mobilização e de força para atingir os seus propósitos. Soube que entre as pessoas da coordenação havia

divergências, o que dificulta a operacionalidade de seus objetivos. Parece que não fica muito claro para os seus membros no que consiste a proposta de uma cooperativa.

4.1. 2. Escola Municipal Getúlio Vargas

Na Escola Municipal Getúlio Vargas, meu primeiro contato foi com a direção, através de sua Vice-Diretora, em julho de 2001. Questionei o envolvimento da Escola nas questões ambientais na própria comunidade e sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental no conteúdo programático. Assim, me foi relatado que o tema Educação Ambiental é trabalhada como tema transversal da 2ª à 5ª séries, porém com maior enfoque no estudo de ciências. A Educação Ambiental, trabalhada como tema transversal, se confunde com a realização de alguma tarefa desenvolvida pelos alunos, apenas em datas comemorativas relacionadas ao assunto, enquanto que a educação ambiental deveria impregnar todo o currículo e os conteúdos convencionais abordados com um enfoque ambientalista (FLORES CORTINA, 2002).

Algumas práticas são pensadas no que se refere à problemática do lixo, por ser o problema mais evidente no bairro, juntamente com a falta de saneamento. A escola procura acondicionar, dentro do possível, as embalagens de plástico, lata, papelão e caixas de madeira, nas quais é armazenada a merenda escolar, sendo que a comunidade as recolhe. O papel utilizado nas atividades pedagógicas é usado frente e verso, e após vai para o lixo.

Quanto a sua participação em algum projeto relacionado com a problemática do lixo, a escola acatou a proposta feita pelo Serviço Social da Indústria (SESI), de separação do lixo seco da escola; no entanto, este órgão não realizou o recolhimento.

Considero, entretanto que, os alunos pouco participam, tampouco sabem dessas ações. Então, propus à coordenação pedagógica da escola a realização de um trabalho com os alunos das séries iniciais, sobre a problemática do lixo, o volume produzido e a possibilidade de reciclagem de grande parte dele. A direção colocou a escola totalmente a disposição, com a devida autorização da supervisão pedagógica da Secretária Municipal de Educação (SME).

Assim, elaborei um projeto de Educação Ambiental (anexo D), focalizando a problemática do lixo e a sua reciclagem, o qual foi apreciado pela supervisão pedagógica da SME, sendo concedida a autorização para a realização do trabalho junto aos alunos, nos meses de setembro e outubro de 2001. No entanto, esse trabalho, foi interrompido por uma greve do funcionalismo municipal de Pelotas. A operacionalização do projeto limitou-se a uma mostra de objetos confeccionados a partir da utilização de materiais recicláveis (lixo seco), o esclarecimento, aos alunos, sobre a necessidade de reduzir a quantidade de lixo, mas principalmente, o cuidado no seu recolhimento e destino adequado, enfocando a possibilidade de reduzirmos o uso dos nossos recursos naturais (Fig. 8).



Figura 8 – Amostra de objetos

4.1.3. Associação de Moradores do Bairro Getúlio Vargas

Através da Sra. Carmem, soube o endereço do Sr. Marco Antônio Oliveira F., presidente da associação de moradores do bairro. Uma professora da escola tornou possível o meu contato, pois ele era pai de um aluno. Esse encontro aconteceu em setembro de 2001.

A Associação possui um prédio há três anos, em condições precárias, onde funciona o Atendimento Sócio-Econômico em Meio Aberto (ASEMA). Este programa

oferece aos alunos da escola, reforço escolar, assistência social, atendimento psicológico e refeições.

O presidente explicitou algumas dificuldades, deixando transparecer que a entidade existe em nome de uma pessoa e não de um grupo. Parece que existe um descomprometimento das pessoas da comunidade com as tentativas das entidades representativas para implementação de alguma ação, que lhes traga melhoria na qualidade de vida.

Desde a minha primeira visita, tendo se passado um ano, o prédio da associação já foi arrombado várias vezes, quando furtaram desde gêneros alimentícios até os equipamentos necessários para preparar o alimento das crianças.

4.1.4. Atendimento Sócio-Econômico em Meio Aberto

O Atendimento Sócio-Econômico em Meio Aberto é um programa implementado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, que acolhe cerca de 70 crianças do bairro, prestando os serviços anteriormente citados. Através de um contato com uma assistente social do Movimento Assistencial de Pelotas (MAPEL) consegui participar de uma reunião no dia 10 de junho de 2002, com os pais das crianças, a qual tinha como objetivo transmitir algumas informações sobre a organização do trabalho realizado, esclarecimentos sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e as atribuições do Conselho Tutelar de Pelotas.

No início da reunião, foi concedido um espaço para que eu me apresentasse ao grupo e expusesse o meu propósito. Após me apresentar como estudante e professora do CAVG, explicitiei que percebia problemas de infra-estrutura urbanística, tais como: falta de saneamento e de canalização do esgoto doméstico; muito lixo nos canais de escoamento e áreas desocupadas; perigo de doenças transmitidas em decorrência das enxurradas e falta de espaço adequado, para o lazer de crianças e adultos, assim como as conseqüências desses problemas na água canalizada do bairro para o interior dos limites do CAVG.

Questionei, ao grupo, quanto a sua percepção sobre o ambiente em que vivem, não obtendo qualquer resposta. O momento não parecia ser oportuno para iniciar um diálogo, pois muitas pessoas, aparentando desconhecidas, estavam

participando da reunião, o que deixou o grupo constrangido. Concordaram, no entanto, com a existência da problemática sócio-ambiental enfrentada no bairro.

Sugeri, então, um próximo encontro com os pais que ali estavam, o que ficou acordado para o dia 17 de junho, no prédio da escola. Eles destacaram a importância de um maior número possível de pessoas participarem da reunião. Falei da necessidade do engajamento da comunidade numa cidadania ativa, entendida como a que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente na busca pelos seus direitos para abrir novos espaços de participação política (BENEVIDES, 1997, p 27). Estes espaços de participação são o que os encontros pretendiam proporcionar.

4.1.4.1. Aproximação frustrada com o grupo de pais do ASEMA

No dia 17 de junho, apesar do combinado, os pais não compareceram ao encontro. Chovia muito e esta é a dificuldade que impossibilita, muitas vezes, o acesso a determinados locais do bairro.

Desde o início deste trabalho de pesquisa, junto a pessoas que fazem parte desta comunidade, percebo que vários problemas estruturais dificultam o seu andamento. O que foi planejado, algumas vezes, não se efetiva, pois são muitas as variáveis que tornam ou não possível estas aproximações com as pessoas do bairro.

A desigualdade social: a fome, o frio, a falta de moradia ou de uma moradia com condições mínimas são preocupações básicas, essenciais de uma comunidade carente, como a do BGV. A proposta de discutirem as questões ambientais parece ficar no limbo, à espera de que, em algum tempo, quando as diferenças sociais diminuïrem ou deixarem de existir, tais questões assumam o seu importante papel na sociedade. A luta diária pela sobrevivência constitui-se a maior prioridade das pessoas desta comunidade, que vive num contexto de desigualdades e injustiças sociais tão marcantes.

Frente a mais uma tentativa frustrada de aproximação, a um grupo, da comunidade, vários questionamentos emergiram: a comunidade deseja ser sabedora e conhecedora da sua realidade? A comunidade deseja perceber e discutir os agravos ambientais que a afeta direta e indiretamente, enquanto que, na sua casa, falta comida e agasalho para seus filhos, enquanto pensa de que maneira garantir a sobrevivência de sua família, enquanto procura uma atividade alternativa que garanta um retorno financeiro, enquanto consegue migalhas?

4.1.5. Comunidade Católica

No dia 17 de junho, enquanto esperava pelas mães que não compareceram, percebi um movimento de pessoas no prédio da comunidade católica e resolvi ir até este local, onde encontrei uma senhora, a Dona Jaci, coordenadora dos programas ali desenvolvidos, nos quais várias entidades estão engajadas. Conversei, com ela a respeito de meus propósitos e fui convidada a participar do próximo encontro com um dos grupos.

Como havia sido combinado, no dia 19 de junho de 2002, compareci no prédio da paróquia da comunidade católica, encontrando um grupo de mães reunidas em torno de uma atividade. Primeiramente, Dona Jaci apresentou os programas¹³ que funcionam no prédio, os quais são mantidos por entidades governamentais ou não governamentais¹⁴, descrevendo os objetivos de cada um, a formação dos grupos e seu funcionamento.

Após contato com todas as entidades representativas do bairro, percebi que o da Comunidade Católica é a mais estruturada, apesar de todas as dificuldades de mantê-la em funcionamento. Pessoas que participam mais ativamente conseguem, com muito empenho, manter as portas da paróquia aberta à comunidade.

Além das atividades de cunho religioso, são inúmeros os programas e projetos que utilizam o prédio da paróquia como espaço disponível do bairro, apesar de suas precárias condições de estrutura física. Este prédio apresenta pouca segurança, tendo sido arrombado duas vezes, de onde levaram todo o material usado nas atividades dos programas, assim como imagens e objetos da paróquia.

O grupo de mães, que se encontrava no local, fazia parte do Programa de Renda Mínima Familiar, o qual envolve as mães no aprendizado de trabalhos manuais (acolchoados de malha de lã desfiada, tapeçarias em juta e pintura em tecido, trabalhos com crochê e tricô e bijouterias) confeccionados com material obtido através de doações (Fig. 9). Algumas peças são produzidas sob encomenda e, após sua comercialização, os lucros são divididos entre as participantes.

¹³ Os programas ali desenvolvidos são: Programa de Segurança Alimentar, atendendo a mais de mil famílias; Orientação e Apoio Sócio-familiar(OASF) abrangendo o Programa de Renda Mínima Familiar e Família Cidadã, com 62 famílias participantes; Assistência Jurídica; Assistência social;

¹⁴ Entidades Governamentais ou não governamentais: Assistência Social da Universidade Católica de Pelotas; MAPEL (Movimento Assistencial de Pelotas) da Prefeitura Municipal de Pelotas e Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Figura 9 – Aprendizagem de trabalhos manuais.

Fui apresentada ao grupo, o qual me recebeu muito bem. Em meio à atividade, a Dona Jaci sugeriu que fosse feito um intervalo para que eu expusesse, ao grupo, o porquê de minha presença.

Explicitei ser aluna de um curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental e que pretendia desenvolver uma pesquisa no bairro, com a participação de membros da comunidade, sobre as questões ambientais vividas por eles. Entretanto, já destaquei o meu propósito inicial de participar das atividades junto com elas e conhecer o grupo.

Finalmente, eu havia encontrado o que procurava há muito tempo, um grupo estruturado, com encontros semanais e, com um propósito que as mantinha unidas, apresentando possivelmente condições para a realização de encontros, para problematizar as questões ambientais do bairro.

A partir desta constatação, iniciei o processo de aproximação com a comunidade, em especial com este grupo e a sua líder (D. Jaci), conhecendo a comunidade, suas vivências, dificuldades e estratégias de sobrevivência.

CAPÍTULO V

Conhecendo a comunidade

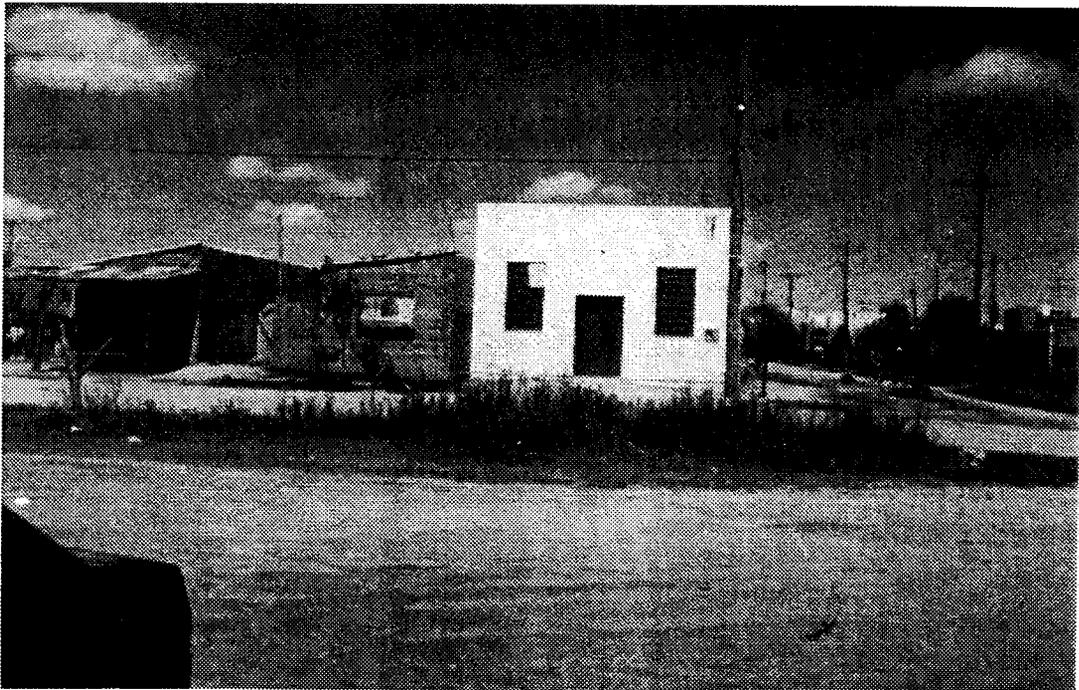


Figura 10 - Prédio da Comunidade Católica

5. Conhecendo a comunidade, uma preparação para os Encontros Democráticos

5.1. Vivências da/na comunidade

Além de participarem das atividades do Programa Geração e Renda, um grupo de mulheres (como é chamado), sob a coordenação da Dona Jaci, participa do Programa de Segurança Alimentar da Prefeitura Municipal de Pelotas, que oferece o aparato necessário para o preparo de sopão e do carreteiro a ser distribuído na comunidade, duas vezes por semana. A Prefeitura disponibiliza os ingredientes e os demais recursos para a realização da tarefa e o grupo utiliza a cozinha da Escola como espaço físico (cozinha) necessário para isto. Com os ingredientes para um carreteiro e o sopão, o grupo prepara o alimento e o distribui para cerca de 200 pessoas as quintas e sextas-feiras (Fig. 11).



Figura 11 – Cozinha da escola: sopão e carreiro.

O trabalho, além de árduo, é perigoso, pois o risco de acidentes é eminente pelo tipo de equipamento disponível. Já houve casos de hospitalização em decorrência de acidente com queimaduras. Há vários desconfortos enfrentados por quem desenvolve estas tarefas, como lavar os legumes e descascá-los por um longo período de tempo, na água fria do inverno gaúcho, ou, ainda, fazê-lo na chuva, porque o trabalho é realizado em uma área aberta, acontecendo, muitas vezes, de ficarem doentes (Fig. 12).

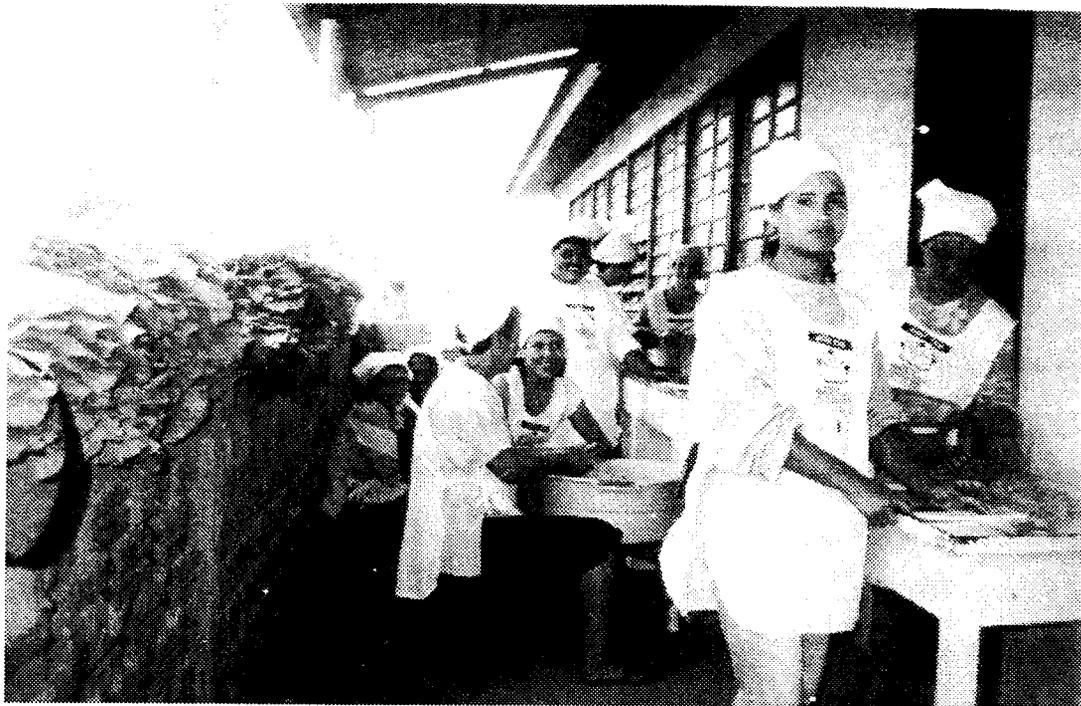


Figura 12 - Preparo dos ingredientes do sopão e carreteiro.

Entretanto, esta atividade é realizada com muita alegria, dedicação e responsabilidade, pois sabem que, para muitas famílias, inclusive as suas, estas duas refeições podem ser as únicas com maior qualidade nutricional, durante toda a semana.

Particpei dessas atividades, colaborando no preparo das refeições, por aproximadamente seis meses, em mais de 20 ocasiões, com o objetivo de aproximação com o grupo, conversando e descobrindo a maneira como esta comunidade vive: seus anseios, angústias e prioridades.

Fatos impressionantes me deixaram perplexa nessa trajetória de convívio com a comunidade, mostrando o quanto estamos despreparados para enfrentar uma realidade bem mais dura e cruel do que a imaginamos. Presenciei fatos como uma família que buscou a sua porção de alimento utilizando uma lata de tinta como recipiente; outros, utilizando um recipiente sujo de querosene, assim como a fila imensa que se formava em frente à escola, durante horas, para conseguir um pouco de comida. Essas constatações retratam com fidelidade não somente a falta de meios pecuniários, mas também a falta de informação das famílias desta comunidade, sobre questões de segurança, higiene, educação ambiental, dentre outras.

Maslow (s.d., p. 47) define as necessidades como privações de certas satisfações, sendo desejos insatisfeitos. As necessidades primárias apontadas como: a água, os aminoácidos, o cálcio e outros, assim como desejos insatisfeitos de segurança, de filiação, de identificação, de estreitas relações de amor, de respeito e prestígio, constituem buracos vazios que devem ser preenchidos a bem da saúde.

O poder público tenta, através de seus programas, amenizar uma das necessidades primárias reveladas por Maslow, a de suprir carências de alimentação. Entretanto, os buracos vazios, as deficiências, as quais ele faz referência, parecem ser muitas nessa comunidade.

Essas constatações retratam uma postura ainda fragmentada, em que não existe uma sistemática de esclarecimento e apoio, paralela à distribuição do sopão e do carreteiro, favorecendo seu aproveitamento e que trabalhem conjuntamente, buscando satisfazer necessidades múltiplas desses indivíduos. Além de satisfazer necessidades de sobrevivência, trabalhar outras questões com essas pessoas, como de cuidado consigo e com seu corpo, torna-se fundamental.

Presenciei muitos acontecimentos tanto agradáveis, como desagradáveis e conflituosos, no grupo de mulheres, no transcorrer da minha participação nas atividades. Em um dado momento, houve um rompimento no grupo, inclusive com a desistência de algumas pessoas de continuarem participando do grupo. Sérios problemas vieram à tona nesta época. Externamente ao grupo, foi possível perceber que muitas parecem permanentemente enfrentar desafios e conflitos entre suas necessidades prementes de sobrevivência e os valores pessoais e presentes no grupo. Este embate pôde ser mais evidenciado na condução de ações dos indivíduos em torno de um único propósito, ou seja, o preparo dos alimentos com a responsabilidade que esta tarefa exige, tendo sido fundamental, nestas situações, a figura do líder do grupo.

Beal et al (1972, p. 26) acreditam que, provavelmente, sem liderança, nenhum grupo possa agir acertadamente na direção de seus fins. Nesse, a liderança parece ter uma postura permeada por uma decência e lisura na execução das tarefas sob sua responsabilidade. O recebimento e o emprego de todos os ingredientes é imprescindível para que o alcance das ações se faça com a maior abrangência e produtividade possível.

Quando alguma ação executada utiliza a máquina pública e os recursos disponibilizados provem do estado, a responsabilidade e lisura parecem ser mais fundamentais: “O líder geralmente sintetiza em si as regras e valores do seu grupo. Esse o considera como o membro que melhor interpreta a linha de ação coletiva cujas soluções melhor se adaptam ao sistema de valores em vigor” (BEAL et al, 1972, p. 28). Ainda, referem que o líder percebe as tendências de ação do grupo e orienta-o na direção acertada.

No entanto, não encontramos, na maioria de nossos representantes governamentais, este modelo de decoro. A improbidade administrativa, sinônimo jurídico de corrupção e malversação administrativas, exprime o exercício da função pública com desconsideração aos princípios constitucionais expressos e implícitos que regem a Administração Pública (PAZZAGLINI FILHO, 2002, p. 16). Entretanto, contrariando esta postura condenável, constatei que a liderança nesse grupo parece exercer de maneira irrepreensível, o comando dessa tarefa.

Em vista de tantos problemas sociais enfrentados pelos moradores, os momentos agradáveis e prazerosos parecem ser escassos. Porém, quando as mães se reúnem, para preparar o sopão e o carreteiro ou alguma outra tarefa, esses encontros tornam-se um espaço onde elas conversam e compartilham seus problemas pessoais e familiares, trocando idéias e experiências, recordando, com saudade, tempos de infância e adolescência, parecendo ser um momento de desabafo e, ao mesmo tempo, de descontração.

As participantes fazem, dessas oportunidades, momentos em que abordam, de modo simples e coerente, os vários problemas do bairro, observando e reconsiderando o modo como se dão as relações sociais entre as pessoas da comunidade. Durante a discussão dos problemas sociais, emitem suas opiniões, muitas vezes demonstrando esclarecimento e politização, sustentando a idéia de que não há vida na imobilidade, de que não há progresso na estagnação: “Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte” (FREIRE, 1997, p. 88). A construção de momentos, para as pessoas da comunidade, que oportunizem reflexão e discussão, poderá torná-los social e politicamente mais responsáveis.

Apesar do nosso conhecimento dos problemas sociais que assolam a população, sempre nos surpreende a capacidade do ser humano de cometer atrocidades, dentre os quais, situações de violência vivenciadas e denunciadas pela comunidade e pelas participantes do grupo. A violência vem de maneira

avassaladora, denunciando uma cruel realidade, gerando, uma discussão a respeito de valores, condutas, ética, que emergem, principalmente, em momentos de revolta e indignação frente ao que presenciaram.

A insegurança e o medo parecem ser os sentimentos mais presentes nas pessoas da comunidade. Elas são usurpadas no pouco que têm, sendo, às vezes, obrigadas a mudar-se de bairro pelas ameaças sofridas, como foi o caso de uma das participantes. Mãe de três filhos, sofrendo de epilepsia, motivo pelo qual não consegue emprego; não tem nenhuma renda, dependendo unicamente da solidariedade das pessoas. Sua casa, no entanto, foi assaltada por moradores do bairro, os quais já conhecia. Registrou a ocorrência na delegacia de polícia; entretanto, não conseguiu reaver seus pertences e, sentindo-se ameaçada, mudou-se para outro local, longe da família, passando por maiores dificuldades do que as vividas anteriormente:

"Me sinto uma prisioneira dentro da minha casa, cheia de grade, falta segurança".(D. Júlia)

Outra participante do grupo de mulheres envolvida no preparo do sopão e carreteiro que mantém a sua família com a aposentadoria recebida pelo marido, também foi furtada, durante o dia, próximo à sua residência, por moradores do próprio bairro. Avaliou, entretanto, que o melhor seria não procurar ajuda junto à polícia, por acreditar que não resolveria seu problema, podendo, ainda, vivenciar maiores dificuldades.

A violência, a insegurança e o medo estão tomando conta de nossas vidas. Quem tem condições, pode recorrer a meios de minimizar, comprando segurança, conseguindo adquirir uma certa "tranqüilidade". No entanto, nas comunidades carentes, isto não é possível, restando para estas pessoas da vitimização social recorrer à justiça comum que, na maioria das vezes, falha e que, de acordo com dados analisados por Demo (1992, p. 108), oferece pouca confiabilidade, correspondendo à imagem negativa comum: emperrada e venal, está desacreditada, pois vivemos numa sociedade marcada pela impunidade, pela solução própria, pela desinformação diante da justiça. Apela, então, à justiça divina, que se mantém "inabalável", talvez por não poder ser conferida, favorecendo a resignação e a

espera de que, um dia, as desigualdades diminuam e, então, a justiça realmente ocorra.

No discurso de que todos são iguais perante a lei, “reside uma das maiores ironias sociais: se todos fossem realmente iguais na sociedade, a lei não seria necessária. Assim, a lei tem como ponto de partida a igualdade de todos, mas sua necessidade trai sempre a desigualdade factual” (Demo, 1992, p. 50).

Outra questão observada foi a maneira como se comporta a comunidade nas festas realizadas no bairro, analisada sob a ótica de ações participativas ampliadas e coletivas. Essa participação supõe compromisso, envolvimento, a presença em ações algumas vezes arriscadas e até temerárias e, por constituir-se em um processo, não pode ser totalmente controlada (DEMO, 1996, p. 20).

As pessoas da comunidade comparecem em grande número às atividades realizadas no bairro, como na festa do Dia da Criança e na festa de Natal. O planejamento desses eventos, no entanto, ficou prejudicado, por não se esperar um número tão elevado de participantes.

Foi possível perceber que muitos moradores do bairro não parecem acostumados e preparados para participar de atividades que exijam uma certa organização e colaboração. O seu comparecimento se restringe ao momento da festa, sendo uma participação sem comprometimento com a sua organização.

A visão paternalista comumente existente nestas ocasiões, com a organização ficando por conta de entidades externas ao bairro assumindo um forte caráter assistencialista, caracterizado, ainda, pela distribuição, ou seja, pela “doação” de gêneros alimentícios e de presentes à comunidade.

Essa visão, por sua vez, dificulta o engajamento de um maior número de pessoas da comunidade no planejamento, organização e execução de uma atividade, o que, poderá determinar, ou não, o sucesso de uma ação proposta no bairro. A carência dos moradores por momentos de lazer, a falta do seu poder de decisão, assim como de limites no uso da sua liberdade, foi uma grande dificuldade observada, restringindo a participação consciente e comprometida com os propósitos da ação. Tentando desfazer a idéia de que diversão e distribuição são inseparáveis e, deste modo, estimular a participação nas atividades pelo prazer que a recreação em si proporciona, sem a expectativa de um ganho material, a última festa da qual participei parece ter sido diferente. A comunidade demonstrou

entusiasmo na participação das atividades, porém não deixou de expressar o sentimento de frustração por não ter recebido doações de presentes ou alimentos.

5.2. Assistência X Assistencialismo

A luta pela sobrevivência é constante e se dá cotidianamente; cada dia é vivido no seu imediatismo, como se não houvesse outro. O importante é conseguir sobreviver um dia após o outro. Nessa luta constante, a ajuda vem de forma mais imediata, e se dá através de programas emergenciais, que atendem a uma minoria mediante cestas básicas. Isto representa o assistencialismo que humilha a pessoa que recebe benefícios, pois lhe reserva apenas migalhas; provoca a dependência diante do doador; desmobilizando o potencial de cidadania no assistido; escamoteia a desigualdade social; vende soluções sob a capa de meras compensações (DEMO, 1994, p. 31).

Na nossa cultura, parece muito arraigado o “receber”, a “doação”, a “acomodação”, pois as políticas públicas, em que deveria ser estimulada a cidadania produtiva, ou seja, aquela em que o indivíduo participa de atividades produtivas, com valorização do trabalho realizado pelos participantes, integrando-os à sociedade, praticamente inexistem.

A assistência prestada às crianças, através de creches, assim como, locais disponíveis para acolher idosos, inválidos, deficientes e mendigos, é um dever do Estado, pois estes são incapazes de gerir sua própria sobrevivência. Entretanto, a assistência não pode ser rebaixada ao assistencialismo, quando se trata de indivíduos supostamente capazes e com condições de suprir as suas necessidades com dignidade, através de seu trabalho e competência.

O Estado assistencialista mantém, de uma certa forma, a estrutura de desigualdade social, oferecendo medidas paliativas para amenizar as diferenças, mas mantendo-as e incentivando a sua continuidade (DEMO, 1996, p. 10). Não há como negar que o assistencialismo através do sopão, do carreteiro e da doação de cestas básicas, tem abrandado a fome de um pequeno número de pessoas. Esse problema tem recebido uma atenção especial por parte de organizações governamentais, não-governamentais e da sociedade como um todo, por ser a fome reconhecida como o pior problema no país atualmente.

Por outro lado, esse assistencialismo parece ser mais acentuado em certos períodos do ano, como se a fome da comunidade fosse maior em alguns períodos do que em outros, como na época de festas natalinas. Muitas pessoas não têm o que comer, geralmente, durante o ano todo. Talvez estas atitudes, mais presentes nestes períodos, pretendam atenuar um sentimento de culpa dos mais abastados e mascarar, pelo menos por um tempo, uma situação que se mantém e tende a crescer.

Surge um sentimento contraditório quando nos aproximamos e mantemos um contato mais íntimo com pessoas em condições de miséria. Mesmo reconhecendo que o assistencialismo aliena e sustenta uma situação injusta, ao mesmo tempo, parece insuportável a idéia de que famílias, adultos, idosos e crianças não tenham o que comer. Assim, passamos a entender, também, o assistencialismo como uma alternativa emergencial e única no presente momento, num dilema expresso por Bordieu e vivido por Vasconcelos (1999, p. 30) de que “há conhecimentos aos quais só se tem acesso se estamos profundamente envolvidos, e, ao mesmo tempo, há conhecimentos que não se pode obter ou que não se quer obter justamente por causa desse envolvimento”.

5.3. A fome apontada como o problema mais reverente e urgente

O problema da fome aparece como o mais urgente. Não se pode mais adiar a busca de algumas soluções que tratem esta questão de maneira responsável e com a brevidade necessária, de modo que estas soluções estejam respaldadas na cidadania. O direito do cidadão a um emprego digno, com uma remuneração que permita a sua subsistência e de seus familiares, de modo a ter autonomia sobre seus proventos, podendo definir onde empregá-los, parece ser a maneira mais adequada de solucionar o problema. A intensidade do problema da fome está assumindo proporções incontroláveis, como demonstra a preocupação primordial do atual governo federal e da sociedade com esta questão:

“Coisa bem triste é alguém bater a porta na tua cara, negando alimentação”. (D. Jaci)

Como já referido anteriormente, algumas famílias da comunidade dependem, exclusivamente, do recebimento de alimento. É preciso reconhecer que os programas existentes no bairro são de cunho essencialmente assistencialista, pois o engajamento das mães em qualquer destes programas, tem como retorno cestas básicas para as suas famílias. Demo (1994, p. 30) assinala que o assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência de ajuda, de um “quebra-galho” que, de maneira alguma, resolve o problema, apenas incentiva o clientelismo, podendo gerar ainda mais problemas.

Os programas existentes, como o “Segurança Alimentar”, objetivam minimizar o problema da fome e atender pessoas mais necessitadas. Entretanto, são elitistas e injustos, pois, para ser cadastrado, a família precisa apresentar comprovante de residência (água ou luz). Muitas famílias encontram-se marginalizadas, não possuem documentos nem registros, são analfabetos e desinformados, abrigando-se sob meia dúzia de tábuas, como se não existissem para a sociedade. No processo de cadastramento destas famílias, já começa a exclusão, justamente, daqueles que mais precisam.

O mais recente programa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, “Fome Zero”, cuja meta é atingir quarenta e seis milhões de brasileiros, pretende proporcionar, às famílias, o cartão-alimentação, para que sejam adquiridos os alimentos que fazem parte da cesta básica. Inicialmente, segundo as diretrizes do programa, as famílias precisariam comprovar os seus gastos. De acordo com Zilda Arns, Coordenadora da Pastoral da Criança, estudos e programas anteriores comprovam que este modo de controle não funciona, incentivando irregularidades e o comércio organizado, inviabilizando compras no vizinho, em feiras públicas e locais que não disponham de nota ou recibo, o que é o mais comum nos bairros de periferia. As compras no comércio informal, realizadas no próprio bairro, incentivariam o comércio local, trazendo maior renda para a comunidade e, de um modo geral, aumentando o seu poder de aquisição. De todo modo, é mais um programa assistencialista que, dependendo da maneira como for implementado, poderá trazer resultados satisfatórios, beneficiando aqueles que mais necessitam e, ao mesmo tempo, estimulando a participação popular. Poderá, também, ter resultados desastrosos, corroborando com ilegalidades e falcatruas, reforçando a situação de vício e acomodação das famílias.

Políticas públicas, de cunho essencialmente assistencialista, incentivam o imobilismo apático e módico para enfrentar o problema da fome e outros, enfim, para buscar melhores condições de sobrevivência. Oferecer comida, duas vezes por semana, ingredientes de uma sacola econômica e mais alguma ajuda, parece ser suficiente para que as famílias supram suas necessidades; no entanto, além de escamotear uma situação grave, parecem estimular a resignação.

Aparentemente, a falta de perspectivas para sair de um estado de miserabilidade, parece não desencadear angústias, conflitos. Ao contrário, pessoas da comunidade demonstram encontrar nas mínimas coisas uma alegria, acreditando que vale a pena viver sua vida de agruras. Neste sentido, Dejours (1986, p. 9), ao criticar o conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), como um estado de conforto, de bem estar físico, mental e social, enfatiza que a angústia tem um papel a desempenhar na vida das pessoas, pois essa angústia estimula a transformação do homem e da realidade. O autor destaca, ainda, que não há um estado de bem-estar e de conforto, mas uma necessidade contínua de perseguição de fins, objetivos, esperanças. A vontade de alcançar algo pode gerar angústias, o que faz uma pessoa lutar. O perigo reside, justamente, na apatia, na falta de expectativas, quando acredita não ser mais possível alcançá-las.

Já, para Vasconcelos (1999, p. 110), “é necessário que haja atividade de elaboração mental dos indivíduos para refletir a vivência da miséria e da pobreza material, sem o que não existirá nenhuma percepção de carência [...] somente é possível sentir carência de algo que já pertença a cultura local”. Talvez, por isto, o pouco lhes seja o suficiente. O que está tão distante de ser alcançado e não visível, pouco concreto, parece não ser desejado. A fome, por manifestar uma necessidade fisiológica de alimentação, coloca-se como fundamental para as pessoas, enquanto que outras necessidades básicas, como a higiene, parecem não preocupar a muitos.

Assim, neste processo de inserção, conhecimento e participação nesta comunidade, freqüentemente, emerge esta pergunta: problematizar a questão ambiental, em meio a tantas outras e, talvez, mais prementes, terá relevância para esta comunidade? De qual educação ambiental estamos falando? Como se sentem estas pessoas neste ambiente? Qual a relevância que vem tendo para nós, sociedade, a questão ambiental, quando convivemos e, aparentemente, aceitamos conviver com tamanhas desigualdades, diferentes injustiças? Essas questões só poderão ter sua resposta se a educação ambiental for tratada no seu sentido mais

amplo, com uma visão holística, sendo crítica e inovadora. Como enfatiza Jacobi (1998, p. 12), “quando nos referimos a Educação ambiental, situamo-la num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos”.

Entretanto, no contexto social do nosso país, enfatizar a educação ambiental, sem trazer conjuntamente no seu bojo as questões sócio-ambientais, sem abordar os problemas mais contundentes de uma comunidade, é restringir o seu mundo ao nosso modelo de vida, àquilo que acreditamos como sendo o melhor para todos que, no entanto, poderá não ser o que almeja a comunidade e, tampouco, a sua necessidade.

Quando falamos em um novo ideário comportamental, em coerência nas atitudes, postura ética e consciência política, não podemos nos referir a um novo modelo baseado apenas nas nossas convicções. Evidentemente, conhecer as angústias e anseios, de pessoas de comunidades menos favorecidas, que se encontram em processos de exclusão, nos ajudará a tentar compreender as diferentes concepções do que é ou não buscado.

Trago a situação de uma família do bairro, a qual fui visitar com a D. Jaci, para entregar algum alimento e roupas. Sem água e luz, moravam em um espaço de aproximadamente três metros quadrados, feito com tábuas fixadas no chão, tendo apenas uma telha como telhado, em meio a muito lixo. Moravam, no local, um homem, sua mulher com uma criança de aproximadamente um ano, já que os outros filhos haviam sido assumidos pelo Conselho Tutelar, pelas péssimas condições oferecidas às crianças. Apesar da situação observada por nós, de pessoas que viviam em condições abaixo da linha de miséria, o casal não demonstrava descontentamento e angústia, sequer esboçava uma aparente vontade de mudar aquela realidade. Nada pediram e tampouco reclamaram de alguma coisa, mostrando-se indiferentes ao que foi recebido. Percebi, no homem, uma certa vergonha da situação vivida, porém não parecia demonstrar qualquer desejo.

Este é o caso típico de uma família que parece não se beneficiar com nada; não possui registro, não dispõe de nenhuma informação, tampouco sabe como ser incluído em algum programa assistencial, ficando a mercê de tudo, caracterizando uma situação de total exclusão social. A exclusão social, para Rogers apud Dupas (1998, p. 122), “é em sua essência multidimensional, incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, ou seja,

relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas”. Para Dupas (1998, p. 123), “a incapacidade de renda própria para satisfazer às necessidades básicas deve ser o centro da definição de exclusão” completando que “a noção de exclusão social é saturada de significados, não-significados e contra-significados.

Em vista desse complexo contexto e da profundidade na discussão da temática social, eu me permito emitir algumas observações e análises, quando tentamos entender a questão que está ali posta, diante de nossos olhos.

CAPÍTULO VI

Encontros Democráticos



Figura 13 - O grupo de mães dos ED

6. Encontros Democráticos: busca de estratégias para enfrentar a problemática ambiental

Como foi explicitado no capítulo IV, na comunidade católica, encontravam-se alguns grupos de mães engajadas em programas e projetos do governo, desenvolvendo suas atividades no prédio da paróquia do bairro. Através de uma líder desta comunidade e participante de um dos grupos do Programa Geração e Renda, D. Jaci, foi facilitada a aceitação desses sujeitos como participantes desta pesquisa, vindo a compor o que denominamos de grupo dos Encontros Democráticos (ED). Este grupo já previamente estruturado e funcionando há algum tempo, era constituído de sete participantes (Jaci Cardozo, Júlia Dias dos Santos, Luiza Mendes dos Santos, Francisca Rodrigues da Silva, Islair Bierhals, Dorvalina Galvão Schuz, Maria Lili da Silva) além de mim, pesquisadora. Como havia sido acordado, passamos a nos encontrar semanalmente, nos dias em que elas realizavam as suas atividades artesanais (Fig. 14).

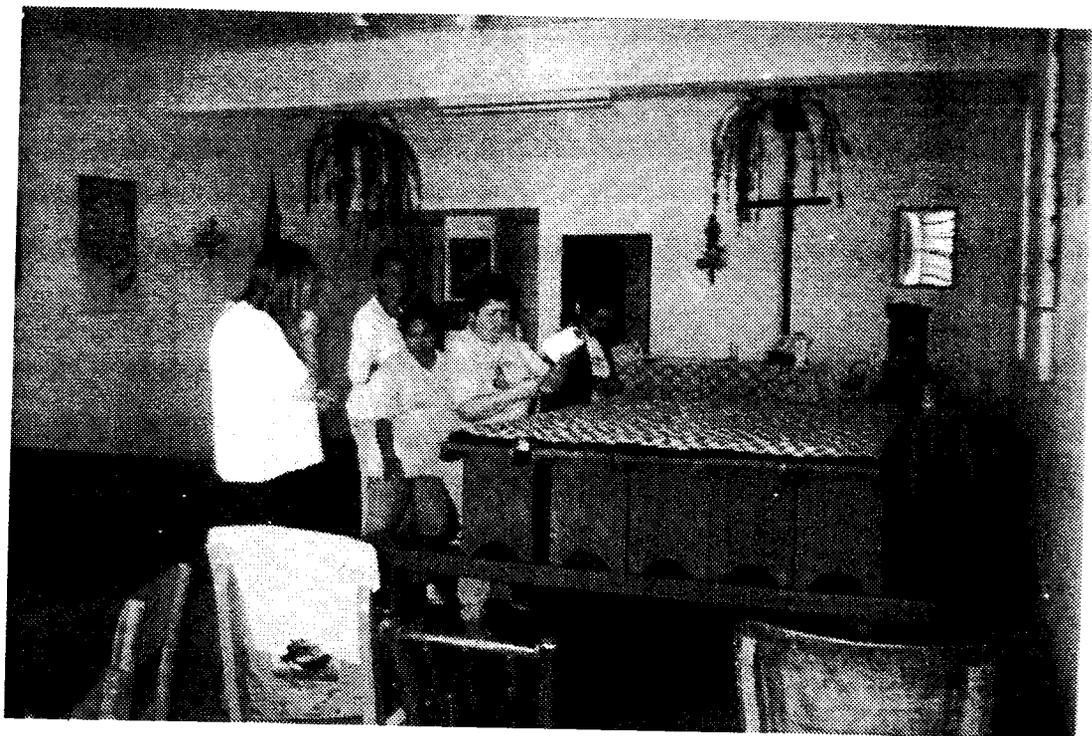


Figura 14 – O grupo de mães dos ED confeccionando acolchoados.

Os momentos de discussão e busca de estratégias de enfrentamento da problemática ambiental foram, então, denominados de Encontros Democráticos, construídos a partir do Círculo de Cultura¹⁵, metodologia criada por Paulo Freire (1985).

A proposta metodológica de Freire vem sendo utilizada em diferentes áreas do saber, tendo em vista a conscientização dos sujeitos envolvidos, sofrendo diferentes denominações, como Encontros de Cultura (Minasi, 1996) e Grupos de Reflexão-Ação (Soares, 2000), dentre outros. Foram reproduzidos, também, em um projeto de Educação Ambiental na Cachoeira do Morumbi, Planaltina-DF, onde, através do conhecimento técnico e politicamente comprometido, cresciam as possibilidades de construir o *empowerment* da comunidade (SAITO, 2000, p. 21).

Nesta proposta, o papel do pesquisador é o de um incentivador da discussão, um facilitador do diálogo, procurando a participação de todos, estimulando o pensamento crítico (BRANDÃO, 1981, p.43).

No empenho de ser aceita pelo grupo e de não ser vista como uma intrusa ou um corpo estranho e sem despertar a desconfiança de pessoas, as quais têm

¹⁵ O Círculo de Cultura, como idéia Freiriana, foi usado como instituição básica de educação e de cultura popular, elaborada para os encontros de alfabetização de adultos em ambiente não formal de educação (MINASI, 1996, p. 49).

vivências de objeto de manipulação, procurei, como já exposto, de uma forma mais lenta e menos direta, minha aproximação, participando das atividades que acontecem no bairro, nas quais o grupo também participa. Assim, além de buscar minha aproximação na comunidade, inspirando confiabilidade para estreitar a distância entre o pesquisador (animador) e o grupo social, foi imprescindível, para a realização desta pesquisa, conhecer a realidade em que vivem estas pessoas.

Desta maneira, procurei oportunidades e situações que favorecessem a aceitação de alguém externo ao grupo e à comunidade, de uma pessoa estranha em interação com elas, participando no preparo e distribuição do sopão e carreteiro comunitário, na confecção de acolchoados, nas festas comemorativas, nas reuniões com vários segmentos, dentre outros. Para Oliveira & Oliveira (1981, p. 29), “antes mesmo de engajar um diálogo mais sistemático com a comunidade, o pesquisador pode ir desenhando um perfil provisório do grupo”.

Os Encontros democráticos foram realizados, então, durante os meses de junho a dezembro de 2002, com algumas atividades desenvolvidas, tais como: trilhas ecológicas, momentos de sensibilização, análise de fotos, sessão de vídeo, palestras e técnicas grupais, as quais favoreceram a compreensão da realidade vivida e o seu enfrentamento crítico, a partir dos objetivos deste trabalho.

Algumas técnicas grupais foram utilizadas como recurso, de modo a criar um ambiente descontraído recreativo e construtivo, tornando o trabalho mais leve e agradável, de modo a que, também, os Encontros Democráticos fossem momentos de descoberta de si e do outro.

Durante esses encontros, foi se estabelecendo com este grupo um vínculo de companheirismo e parceria, desenhando-se seu perfil e descobrindo o papel de cada participante do grupo. Barembliitt (1986, p. 184) enfatiza a importância do papel de cada um e da liderança existente no interior de cada grupo: “Cada um dos participantes de um grupo constrói seu papel em relação aos outros [...] assim, surge a atuação característica de cada membro do grupo”.

Foi preciso estar junto com às participantes dos Encontros Democráticos para descobrir e compreender como se estabelecem relações entre elas e como as lideranças se constroem no seu interior. Foi observado que o grupo dos ED apresentava problemas de gerenciamento na realização de atividades, assim como problemas de relacionamento entre suas componentes, o que parece ter melhorado no decorrer do tempo. Enfatiza Barembliitt (1986, p. 190) que “a teoria dos papéis se

compõe, então, dessa representação que cada um tem de si mesmo e que responde a uma representação de expectativas que as demais pessoas têm de nós". Mesmo em um grupo pequeno, ou em uma comunidade, os papéis exercidos por cada participante podem ser percebidos com clareza. As atitudes das pessoas correspondem às expectativas que os demais têm em relação a ela.

Os papéis assumidos passam a ser conhecidos pelo pesquisador, assim como os conflitos e ansiedades gerados pelo convívio tão próximo que, ao mesmo tempo, aumentam laços de amizade e companheirismo. De acordo com Oliveira & Oliveira (1981, p.25), "o que nos interessa é mergulhar na espessura do real, captar a lógica dinâmica contraditória do discurso de cada ator social e de seu relacionamento com os outros atores, visando a despertar, nos dominados, o desejo de mudança e a elaborar, com eles, os meios de realização".

As participantes do grupo trazem, em suas histórias de vida, algumas características semelhantes, muito sofrimento e luta para criar seus filhos. Algumas trazem, à memória, anos de muitos sacrifícios, que tiveram influência na formação de seu caráter e que, hoje, tentam transferir aos filhos como aspectos positivos dessa vivência.

Como expressa Fantin (1997, p. 54), a memória é seletiva e o presente pode ser pior que o passado e vice-versa. Portanto, esses aspectos podem tornar os indivíduos, sujeitos da resignação ou sujeitos da revolta, dependendo da maneira como encararam a sua realidade vivida. A decisão de vir do campo para a cidade, com uma condição financeira difícil, conduziu-as a conformarem-se a um lugar em uma zona precarizada, nos arredores da cidade.

A segregação, na distribuição espacial da população, foi observada por Kowarick (1980, p. 41) em um crescimento caótico, onde a construção da casa própria (barraco), através da ajuda mútua, em um lote de terra, muitas vezes adquirido como doação ou comprado por uma bagatela, constitui a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos rendimentos não permitem outro modo de moradia. Desse modo, algumas moram no bairro desde o seu início, observando o seu crescimento desordenado e, conseqüentemente, os problemas de estrutura urbana se avolumando com o passar dos anos. Assim, apresento oito participantes dos Encontros Democráticos, juntamente com algumas informações pertinentes sobre sua vida pessoal.

Júlia Dias dos Santos, 67 anos, viúva, 10 filhos, cursou a primeira série; moradora no bairro há 12 anos, veio do campo para a cidade para que os filhos pudessem estudar e trabalhar. Lamenta ter deixado a tranquilidade e segurança do campo e, atualmente, sente-se uma prisioneira em sua própria casa. Seu sustento e de mais três filhos é mantido com sua aposentadoria.

Jaci Cardozo, 55 anos, casada, dois filhos, cursou até a terceira série; exerce liderança na comunidade, também veio do campo para a cidade. A vida no campo é lembrada com saudosismo. A família sobrevive da aposentadoria de seu marido.

Luiza Mendes dos Santos, 64 anos, casada, três filhos, nunca freqüentou uma escola, moradora no bairro há 13 anos. Trabalhavam na lavoura. Vieram para a cidade para que os filhos pudessem estudar. Vivem da aposentadoria do marido.

Francisca Rodrigues da Silva Garcia, 40 anos, casada, três filhos, cursou até a segunda série, moradora no bairro há 11 anos. Antes de vir para o bairro, trabalhava no campo. Também, sente falta da vida pacata e segura do campo. Conta que a casa onde morava não tinha portas. O marido trabalha como operador de máquinas, tem serviço fixo.

Islair Bierhals, 33 anos, casada, três filhos, cursou até a segunda série do ensino médio. Muito habilidosa e interessada em aprender sempre mais. Também tem a sua origem no campo. O marido tem emprego fixo.

Dorvalina Galvão Schuz, 55 anos, casada, tem seis filhos. Trabalhavam na colônia, vieram tentar melhorar de vida na cidade. O marido é pedreiro, mas o serviço está escasso. Vivem de sua aposentadoria e dos biscates do marido. Nunca freqüentou uma escola.

Maria Lili da Silva, 43 anos, casada, dois filhos, cursou até a sexta série, mora há seis anos no BGV. Vieram para a cidade, pois o marido perdeu o emprego na colônia. Vivem com muitas dificuldades.

6.1. Reunir-se para discutir o quê?

Minha concepção sobre questões ambientais e, mais especificamente, sobre a problemática ambiental do bairro, decorre de uma reflexão, a partir de uma leitura feita por quem se encontra à parte de um contexto, baseada em convicções e

estudos, em idéias pré-concebidas pautadas apenas na minha própria experiência da realidade vivida.

Na nossa vida acadêmica, com as nossas sabedorias e verdades, olhamos uma realidade de acordo com nossa concepção de mundo e falamos às pessoas sobre o que percebemos no mundo em que vivemos e o que achamos importante que os outros percebam. No entanto, “nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar sobre a sua e a nossa” (FREIRE, 1987, p. 87). Por isto, a importância de que os temas para discussão emergissem da percepção que a própria comunidade tem dos problemas sócio-ambientais.

Assim, no decorrer dos encontros, alguns temas foram surgindo. Houve a proposta de sua priorização, tendo em vista os objetivos da proposta e a ansiedade do grupo para tratar, especificamente, de alguns temas. Para Saito (2000, p. 25), “identificar o tema gerador significa, entre tantas coisas, aquilo que diga respeito à comunidade, que seja um tema-problema, capaz de tocar fundo nos interesses do jogo”.

Preocupações e questionamentos foram explicitados pelo grupo de mães, tanto no que se refere às questões sociais, como fome, frio, assistencialismo, quanto às ambientais, como saneamento básico, alagamento nas ruas, falta de áreas de lazer, a coleta e venda de lixo, a limpeza das ruas. Os questionamentos foram aparecendo, como a falta de canalização para escoamento e saneamento dos resíduos do bairro e a responsabilidade de realização destas obras; o lixo depositado pela população em locais impróprios, gerando alagamentos, dificultando o acesso a determinados locais nos períodos de chuva¹⁶.

A falta de áreas de lazer para as crianças brincarem e para os adultos, usufruírem, é identificada, também, como um dos grandes problemas da comunidade, pois a quantidade de crianças no bairro é muito grande, tornando-se grande o perigo de acidentes e contaminações por brincarem nas ruas, próximas a valetas a céu aberto.

As participantes apontaram, também, outros problemas relacionados à estrutura grupal e seu funcionamento, como a manutenção de um grupo com as

¹⁶ Reconheceram, no entanto, que algumas ruas, atualmente, estão em melhores condições.

mesmas pessoas que, costumeiramente, se afastam por motivo de doença, assim como pela idade:

“Muitas pessoas já passaram por aqui, algumas ficaram, outras saíram, por motivo de doença e também pela idade.”(D. Jaci)

Ainda, a diversificação de trabalhos manuais, que poderia ser concretizada através de pessoas dispostas a lhes ensinar alternativas na produção de objetos e de gêneros alimentícios variados, bem como, um espaço adequado para sua comercialização, consistiam em algumas das dificuldades enfrentadas:

“Nós aqui estamos fazendo pouco trabalho, porque a gente precisava uma pessoa mais experiente, que nos ensinasse mais coisas. Quanto mais trabalho o grupo faz, melhor para todo mundo, mais renda vai fazer.”(D. Jaci)

Como estratégia para o enfrentamento desta questão, existe a proposta de um espaço, em um local privilegiado da cidade, concedido pela Secretaria de Desenvolvimento, para ser utilizado em sistema de rodízio entre comunidades de Pelotas que também realizem este tipo de atividade.

6.2. A trilha como estratégia de conhecimento da problemática ambiental

A partir da constituição do grupo dos Encontros Democráticos foi proposto então, a participação em uma trilha, realizada no CAVG, percorrendo o açude e o seu entorno, a barragem e a Sanga Rasa, com o objetivo das participantes dos Encontros Democráticos conhecerem os locais, os quais haviam despertado, em mim, o interesse para a realização deste trabalho e que ampliaria o seu conhecimento acerca da problemática ambiental da comunidade. A realização de uma trilha no CAVG (Fig. 12), além de oportunizar o conhecimento do local e da percepção de sua relação direta e muito próxima com o bairro, numa visão sistêmica, objetivou uma sensibilização e interiorização, pelo contato com a natureza. Como enfatiza Beck (1997, p. 7), “o homem precisa do contato com o

agreste para renovar-lhe o contato com as origens, para reavivar-lhe a memória do que de melhor existe nele: sua inventividade, sua força, sua incrível gana de sobreviver e impor-se a um planeta outrora hostil”.



Figura 15 – O grupo de mães dos ED participando da trilha.

A trilha foi realizada com entusiasmo, prazer e muita curiosidade. A falta de aproximação com a natureza, expressada com um certo saudosismo, pois o contato com os locais do CAVG, percorridos na trilha, os quais trazem uma natureza muito bonita e prazerosa, provocaram lembranças de tempos passados:

“Parece que eu to pra fora, uma coisa tão boa, tão gostosa. Eu tenho uma saudade dos meus tempos, das minhas raízes. Eu me sentiria realizada se eu pudesse colocar uma casa num lugar como ali... acordar de manhã e olhar para um lado e outro, olhar aquele verde”.(D. Jaci)

“Muito bonito o lugar, adorei lá, é um paraíso... até os 55 anos morei na colônia, passei toda a minha vida trabalhando em plantação. Eu vivia no meio do mato”.(D. Júlia)

Como observa Aveline (1999, p. 24), quando realizamos caminhadas pelas florestas em busca da plenitude interior, “o cidadão, urbano deixa de lado as preocupações da cidade, esquece o seu pequeno eu e se vê, gradual e misteriosamente, imerso em um estado de espírito encantador”.

O arrebatamento pelo ambiente panorâmico foi somado a algumas inquietações formuladas, principalmente no que se refere à utilização da água do açude e ao seu destino final (Fig. 16).



Figura 16 - O grupo de mães dos ED em torno do açude.

Ficou acordado que, num próximo encontro, problematizaríamos a situação dos locais visitados, trazendo impressões sobre o observado e resgataríamos os comentários e as análises do grupo.

6.2.1. Conhecer além do que se pode enxergar

A proposta para o Encontro Democrático, nesse dia, foi a amostra de uma seqüência de fotos da trilha realizada, de modo a propiciar uma reconstituição do ambiente observado no encontro anterior. Tive a perspectiva de trabalhar uma noção da visão sistêmica, com a finalidade de favorecer a compreensão para algumas das indagações que surgiram.

Neste encontro, foi explanado, de uma forma acessível e de fácil compreensão, o significado da visão sistêmica. Conhecer a realidade ambiental circundante, compreendendo um fenômeno dentro do contexto de um todo maior (CAPRA, 1996, p. 39), se traduz em um pensamento sistêmico. Torna-se fundamental conhecer além do que se pode enxergar, quando formos abordar uma problemática ambiental e este foi o objetivo quando da realização da trilha.

Indaguei se já conheciam o local percorrido e elas, no máximo, tinham conhecimento do posto de vendas, próximo à entrada, ou o setor da indústria, onde, já haviam buscado um emprego. Estamos, às vezes, tão próximos de um lugar, mas não o conhecemos. Enfim, é preciso conhecer um pouco além do lugar onde vivemos, para, então, ter essa necessária visão do todo, de tudo que está à nossa volta. Retomamos algumas falas e observações feitas durante o percurso da trilha, problematizando o que havia sido observado no CAVG.

A participação na trilha foi um momento de muita importância para a valorização da capacidade do grupo de aprender e compreender uma problemática ambiental e o alcance de sua dimensão. O conhecimento do percurso que a água traça depois de passar pelo bairro Ihes trouxe perplexidade: perceber que a água, que atravessa o bairro segue um longo e inesperado curso, assim como, a possibilidade dessa mesma água retornar às suas casas, Ihes causou um forte impacto.

A água utilizada nas moradias do bairro, que se torna poluída, deságua em algum lugar. Isto foi uma descoberta interessante para o grupo, pois na falta de informação e de uma visão sistêmica, a água parecia não ter destino, sendo finita em si mesmo. Esta é uma visão fragmentada, limitando a possibilidade de vislumbrar algo mais, com um excessivo enfoque localista. A resolução de problemas ambientais locais decompõe a realidade em fragmentos (LAYRARGUES, 1999, p. 138).

Compartimentando cada localidade e seus problemas, deixamos de analisar o todo e de perceber as conseqüências dos impactos em outros locais. De acordo com Chiro apud Layrargues (2000, p. 118), "devemos pensar local (mas conhecendo os vínculos com o global), e agir localmente". Ainda, esclarece que o chavão "Pensar globalmente, agir local", obscurece as experiências e ações dos indivíduos para a melhoria das condições locais nas comunidades marginalizadas.

Através da abordagem sistêmica da problemática do BGV e do CAVG, a partir da percepção do fenômeno da reação em cadeia, num efeito dominó (LAYRARGUES, 1999, p.138), o grupo expressa o peso da responsabilidade de cada um sobre posturas utilitaristas frente ao problema da poluição na água. As falas soam quase como um pedido de desculpas pela ignorância de uma realidade tão próxima, e que sofre a influência de fatos gerados no próprio bairro:

"... Eu não sabia que o esgoto que passa pelo bairro e pelo CAVG, percorre um caminho até o arroio Pelotas e que aquela água retorna às nossas casas."(D. Jaci)

"Eu aprendi bastante coisas deferentes que eu não sabia, que eu não conhecia. Eu não sabia de nada disso que tava acontecendo no CAVG".(D. Islair)

"Eu não sabia que a água daqui ia pra lá".(D. Lili)

"Cheguei em casa e fiz um baita esparramo, falei para os meus filhos, a todo mundo em casa, o que eu vi lá".(D. Júlia)

" Achei horrível a sujeira da água, acho que não vou mais toma água."(D. Luiza)

"Quando chove fica tudo alagado, as crianças brincando naquela água, jogando lixo na água pra vê se escorrega água abaixo, quando chega no bueiro tranca tudo. É perigoso até cair uma criança na água."(D. Jaci)

Após terem, aparentemente, ampliado seu conhecimento sobre a problemática ambiental do CAVG e, estabelecendo relações com a problemática do bairro, o grupo demonstrou a necessidade de difundir o que foi observado, para que um maior número de pessoas tivesse acesso ao conhecimento dessa situação. Na transmissão dessas informações, existe a vontade de romper com o modo de pensar de alguns, mesmo sabendo que, para algumas pessoas, isto poderá, ou não, afetar seu modo de enxergar os fatos:

"Alguns vão vendo como nós e a gente fala pra outras pessoas que nem conhecem e nem sabem. As pessoas não sabem a poluição e a sujeira que tem naquela água. As crianças, as vezes tomam banho e brincam naquela água. É um horror o que tem ali dentro...quando a gente fala não acreditam o que é a poluição da água, o que tem naquela água".(D. Júlia)

"Tem que dizer para os outros da sujeira que a gente vê. Tem que conscientiza as pessoas do que é...vai entrar na cabeça deles que, eles tem que mudar, mas tem pessoas que com certeza não vai entrar na cabeça. Não é todo mundo que vai mudar."(D. Jaci)

A alienação, presente no nosso cotidiano, tolhe a possibilidade de enxergar, sob outra perspectiva, aquilo que se mostra mascarado. Essa alienação, de alguma maneira, limita o desvelamento crítico que, para Gadotti (1996, p. 719), significa “a ação que os homens e as mulheres devem exercer para retirar o véu (o que oculta), que não os deixa ver e analisar a verdade das coisas, descobrir o que há em seu interior, atuar sobre o que se conhece para transformá-lo”. Desvendar, descobrir a realidade, poderá se conseguir com um grupo de pessoas que possa encontrar-se para observar, com um olhar diferenciado, discutir sua realidade vivida, sua prática e suas concepções sobre as questões sócio-ambientais.

O desvelamento crítico exige uma ação transformadora, que consiste em outra etapa a ser conquistada, depois de perceber o que estava oculto. Apenas o conhecimento não é suficiente, é necessário o desejo de transmitir o conhecimento do que foi aprendido, até a concretização de pequenos atos e ações ou grandes ações envolvendo a comunidade.

Instrumentalizar um grupo de pessoas, para que possam cooperar no processo de transformações, não corresponde exatamente à expectativa de que mudanças possam acontecer. Torna-se necessário mais do que a vontade e o desejo. O grupo pode tornar-se um transmissor e divulgador das idéias, esperando o engajamento e o comprometimento da coletividade, juntando forças ao longo da trajetória, o que constitui no *empowerment*, ou seja, o fortalecimento político organizacional de uma coletividade, com um processo de busca de maior inserção política dos sujeitos (FRIEDMAM apud Saito, 2001, p.127).

6.2.2. Responsabilidade Política

Na degradação de um ambiente coletivo, o grupo procura identificar os responsáveis pela situação observada. A cobrança de atitudes, daqueles que podem mudar essa situação, aparece com determinação, apontando, com clareza e objetividade, a postura inadequada dos moradores do bairro. Destacam a necessidade de engajamento na luta por melhorias e de punição daqueles que, de uma maneira totalmente irresponsável, incentivam a degradação do meio ambiente partilhado pela comunidade.

“Falta as pessoas cuidarem do lixo, pra não entupir as valetas, pra que a água não saia pra fora da valeta. Depois que o caminhão do lixo passa, eles vão de sacolinha colocar o lixo na rua.”(D. Júlia)

“Tinha que fazer uma reunião e punir legalmente as pessoas que continuarem jogando lixo na rua, tinha que dar uma multa.” (D. Jaci)

As instituições governamentais, em algumas falas, também são apontadas como responsáveis pela situação. Entretanto, são citadas como cumpridoras em parte de suas atribuições, no que se refere à coleta do lixo e à limpeza das ruas:

“se não tivesse o lixeiro, não sei o que seria de nós, nem caminharíamos mais. Tinha um rapaz por perto olhando lixo atirado e disse: olha o que o prefeito faz e, eu disse: se o prefeito não faz nada muito menos os outros fizeram.” (D. Luiza)

O loteamento das terras onde se encontra o bairro, assim como as obras de estrutura básica, foram realizadas por uma administração da Prefeitura Municipal, aparentemente pouco preocupada com as condições de moradia da população. Assim, ouvimos críticas, em algumas falas, sobre as dificuldades enfrentadas, atualmente, em decorrência da ausência de políticas públicas no passado. Entretanto, em outras, é possível identificar um sentimento de confiança na atual administração, apostando na vontade política dos governantes em melhorar as condições de estrutura urbanística do bairro:

“O governo diz que vai nos ajudar, que valeta é problema da prefeitura. Fui a uma reunião com o prefeito, onde ele disse que se tivesse dinheiro, priorizaria os bairros Getúlio e Pestano. Ele está mais preocupado em investir nas vilas.”(D. Jaci)

A população passou longos anos sob a administração municipal do mesmo político que loteou as terras do bairro, descreditando de possíveis melhorias no bairro durante esse período. Passou a ter esperanças com a mudança dos dirigentes e com a perspectiva de uma nova proposta política, em que a população passaria a ser mais participativa e com voz ativa nas propostas apresentadas. Em contrapartida, precisava estar atenta às propostas apresentadas, conquistar os

espaços de participação, saber reivindicar os seus direitos e ter a consciência de que eles não se constituem em um favor, mas em um dever de nossos governantes de resolver os problemas de uma comunidade.

Na cultura política baseada na tutela governamental, sofrendo diversas formas de dominação, a comunidade espera pacientemente uma providência, tornando-se objeto desta tutela. As políticas distributivas não parecem tocar o cerne da questão social, coibindo o processo emancipatório e equalizador (DEMO, 1991, p. 21).

Ainda, se o atrelamento das comunidades aos projetos de assistencialismo (doações) parece desmobilizar os moradores para o enfrentamento com os governantes, na luta pela conquista de uma situação igualitária, o confronto com os governantes parece inevitável. Entretanto, a acomodação e a espera limitam e dificultam a conscientização dos moradores do bairro.

A comunidade, assumindo uma postura de complacência com os dirigentes, parece tornar-se um comparsa inadvertido, um parceiro na concordância e permanência de uma política inadequada e injusta, assumindo, a responsabilidade pela resolução dos problemas existentes no bairro.

A comunidade, como um todo, precisa conhecer a legislação existente, seus direitos e deveres como cidadão público, assim como os canais competentes para encaminhar suas reclamações e anseios (SAITO, 2000, p. 22). Munida de toda a argumentação técnica e política, dividindo responsabilidades, em que cada um assume uma parcela, reivindicando a quem compete a outra parte, possibilita e favorece o exercício da cidadania.

6.3. “A Vida de Inseto”: uma metáfora da sociedade brasileira

Com a finalidade de instigar nas participantes a percepção de como um grupo organizado, minimamente aglutinado em torno de interesses coletivos, poderia ter mais força e poder, realizamos uma sessão de vídeo. Foi projetado o filme Vida de Inseto (1997), escolhido pelo modo simples, objetivo, alegre e recreativo, o qual retrata as possibilidades de força de um coletivo para o enfrentamento de um conflito. Através de um desenho animado, o filme revela a maneira como as formigas vivem em sociedade, com os problemas que advêm de sua fragilidade frente ao

poder de dominação dos predadores e da sua fragilidade frente à imensidão do meio onde vivem. Entretanto, ao mesmo tempo, foi demonstrada a sua força e determinação na realização de suas tarefas, bem como na organização do formigueiro.

A constatação, da maneira como vivem as formigas e sua semelhança com o modelo de sociedade em que vivemos, fez emergir alguns temas para discussão no grupo:

"semelhança da vida da formiga com a do ser humano. A organização do formigueiro parecida com a nossa organização".(D. Jaci)

A organização no formigueiro, com algumas formigas realizando o trabalho braçal, sujeitando-se apenas a obedecer, enquanto outras as comandam, exercendo o poder de dominação, assemelha-se, em parte, com o nosso modelo de sociedade, pois a servidão faz parte do seu sistema. A população vive um modelo de sociedade em que trabalhamos e produzimos, no entanto, mesmo sendo em número maior, vivemos oprimidos por uma minoria. Somos como as formigas, dominados por quem exerce o poder. Uma situação de extremo risco mobilizou as formigas do seu estado de acomodação, de modo a enfrentarem os gafanhotos, assumindo um novo modo de conduzir as suas vidas.

A partir desta proposta, os seguintes temas emergiram e foram abordados: a união, fortalecendo o coletivo no enfrentamento das questões problemáticas do cotidiano, na luta por sua sobrevivência e subsistência; a organização das associações como forma de participação ativa; o poder de dominação perante os sobrepujados e uma força interior contrapondo-se à fragilidade, com um sentimento de fraternidade e solidariedade presentes nas ações dos personagens do vídeo.

6.3.1. Empowerment - A força do coletivo

A construção de processos não individuais, mas participativos e coletivos, precisam fundamentalmente se fazer em torno de um propósito, objetivo, tarefa ou benefício que aglutine, unificando, fazendo-os lutar por um projeto de cidadania.

Como acontece no filme, *Vida de Inseto*, o alcance de um propósito, mantinha as formigas unidas e organizadas. Esta união foi sentida, ainda, com mais ênfase no momento em que a revolta e a indignação tomaram proporções, a tal ponto que impulsionaram uma mudança no comportamento das formigas, encorajando-as para o enfrentamento aos seus opressores:

“As formigas por serem em maior número deveriam ter mais poder, mas eram dominadas pelos gafanhotos, por serem menores e mais frágeis. Quando as formigas resolveram enfrentar os gafanhotos, eles acabaram fugindo.”(D. Júlia)

Nesta fala da D. Júlia, está implícita a “incapacidade”, de que trata Freire (1988,p. 50) “de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem, em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua incapacidade”.

A concepção de ser incapaz, da imobilização em que se encontra a comunidade, perante a opressão de um modelo doente e viciado, o sentimento de apatia parece ser vigente nas pessoas. Retirar forças de onde para o enfrentamento que, sem dúvida, será longo, penoso e utópico?

6.3.2. As instâncias de participação ativa

As entidades representativas, através das associações comunitárias existentes no bairro, as quais foram citadas no capítulo IV, funcionam predominantemente como estruturas burocráticas, formalizadas, espaços institucionalizados, sem o envolvimento de seus representantes nas questões sócio-ambientais do bairro e sem a participação da população nos problemas pertinentes a associação. Para Kleinschmidt & Silva (1985, p. 36), “a associação é representativa quando possui uma forte ligação com o conjunto de moradores do bairro, defende seus interesses e garante a participação do povo nas decisões”. As associações, existentes no bairro, não parecem exercer o papel de aglutinadoras de pessoas, disponibilizando momentos para compreensão e discussão política dos problemas que afligem a comunidade, dificultando o surgimento do “sujeito coletivo”.

“Não adianta a associação ter um presidente e ele nunca aparecer, não participa de nada, de nenhuma reunião”.
(D.Jaci)

Segundo Demo (1991, p. 90), “as associações comunitárias são a expressão mais profunda e legítima do associativismo, e, neste sentido, o comprovante mais fundante da cidadania coletiva”, se funcionassem como espaços democráticos organizados, com propósitos definidos e ampla participação.

No movimento em que se processam sujeitos coletivos, percebe-se uma dura, lenta e conflituosa construção, sendo práticas difíceis de serem concretizadas e principalmente visualizadas (FANTIN, 1997, p. 29). Acredito que, para se constituir um sujeito coletivo, se deveria necessariamente passar por uma organização inicial, como estratégias de mobilização e influência, com uma coerência participativa, acentuando a cidadania organizada. Ainda para Fantin (1997, p. 29) “isto significa pensar sujeitos coletivos como organismos que tem interesses diversos e muitas vezes conflituosos e que, nas ações coletivas, expressam vontades, buscam respostas, reconstroem conhecimentos e se apropriam desse fazer”.

De acordo com Kleinschmidt & Silva (1985, p. 44) “normalmente, os movimentos sociais e associações assumem caráter de participação, sendo responsável pela mobilização das massas populares e instrumentos de reivindicação desses setores”. Quando estes segmentos falham no processo de mobilização e participação, a interação entre os membros e suas relações não se estabelece, perdendo o sentido e significado do viver em comunidade.

6.3.3. A dominação alienante

Nas colocações a seguir, a necessidade de unir forças parece ser reconhecida como o primeiro passo na caminhada para uma luta organizada e conjunta:

“a união delas é interessante...se há união no grupo tudo vai pra frente (D. Jaci)
“uma pessoa só não faz nada”.(D. Júlia)

Em um dado momento do filme, as formigas desencadearam o rompimento com o processo de opressão, numa situação de acentuado conflito, quando se viram à frente de um grande problema. Elas se confrontaram com a angústia e, através do desejo de libertação, buscaram a transformação de si mesmas. Freire (1988, p. 49) analisa que, numa situação de opressão, enquanto o oprimido não localiza concretamente o opressor, como também, enquanto não chegue a ter “consciência para si”, é assumida uma atitude fatalista frente à situação em que se encontram, quase sempre referido ao poder do destino, da sina ou do fado. No caso das formigas, parecia que a situação de opressão era inevitável e inerente, um fardo a ser carregado, pela sua posição de fragilidade. No entanto, a união que se estabeleceu de uma maneira tão positiva, gerou a força do coletivo, encorajando-as a dizer um basta.

A situação nos bairros que “refletem as conseqüências do sistema de dominação: vivem em condições de marginalidade, de exclusão social, em espaços periféricos, e em posição de defesa” (COGOY, 1998, p. 20), deveriam causar insatisfação na população, a tal ponto que fizesse emergir a mobilização, a organização e, como etapa culminante, o processo reivindicatório.

Os dirigentes, com os seus programas assistenciais, amenizam o problema, de modo que se mantenha a tranqüilidade e a ordem pública. Satisfazer um pouco e fazer calar muito, são as metas de uma política pública voltada para a dominação.

Enfatiza Boff (2000, p. 42), que a dominação obriga a três atitudes: ou ao submetimento para sobreviver, implicando a traição da própria história; ou a resistência, a rebelião e a clandestinidade, correndo riscos; ou o disfarce, o simulacro e o jeitinho, adaptando-se.

Parece que as pessoas da comunidade, mantém a lógica da submissão, de modo a garantir a sobrevivência de seus familiares. Mesmo que poucos sobrevivem, adaptando-se, aproveitando os espaços, frestas e contradições da dominação para manter e preservar a própria identidade (BOFF, 2000, p. 42).

Diante dessas evidências, parece que os integrantes da comunidade precisam ser motivados a participar da organização de uma estratégia popular, de forma cooperativa, de modo que não esteja voltada basicamente para a questão da subsistência e sobrevivência, porém, com um caráter mais político, saindo da condição de dominação e alienação. Será que isto é ilusório? Será possível viver

uma situação de maior desconforto e angústia, ainda maior do que a existente, a ponto de querer romper com esta situação?

A organização de uma estratégia popular, desalienante, emancipatória, com uma participação política, pode-se dar através do Núcleo em EA, proposta principal desta pesquisa.